Utentes de Instituições de Solidariedade Social

Uma abordagem à Pobreza nesta população

Leonor Pereira da Costa
Tânia Correia

Maio de 2013

Índice

Índice de Gráficos 3
Índice de Tabelas 4
Sumário executivo 5
Introdução 8
Caracterização da Amostra 9
Nível económico 11
Situação económica 11
Acesso a bens e serviços 21
Redes Relacionais 30
Estrutura familiar 30
Relações com família e amigos 31
Entreajuda 33
Sentimento de Pobreza 39
Pobreza Subjetiva 39
Persistência da pobreza 44
Percepções das Causas da Pobreza 46

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Rendimento mensal do agregado familiar 11
Gráfico 2 - Rendimento mensal do agregado familiar por nível de escolaridade..... 12
Gráfico 3 - Rendimento mensal do agregado familiar por escalão etário 13
Gráfico 4 - Nos últimos 6 meses, de onde veio o dinheiro que têm para viver? 14
Gráfico 5 - Proveniência dos rendimentos por escalão etário..... 15
Gráfico 6 - Proveniência dos rendimentos por rendimento mensal do agregado familiar 16
Gráfico 7 - Rendimento mensal do agregado familiar por tipo de trabalho desempenhado..... 17
Gráfico 8 - Habitualmente, quais são as maiores despesas do seu agregado familiar? 17
Gráfico 9 - No total, quanto gastam por mês com a casa (renda da casa/ empréstimo da casa/ água/ luz/ gás)? 18
Gráfico 10 - Têm algum dos seguintes empréstimos? 19
Gráfico 11 - Existência de empréstimos por rendimento mensal do agregado familiar 19
Gráfico 12 - Percepção sobre o rendimento familiar por rendimento mensal do agregado familiar 20
Gráfico 13 - Percepção sobre o rendimento familiar por situação perante a profissão..... 21
Gráfico 14 - Nos últimos 6 meses, o seu agregado familiar teve falta de alimentos ou sentiu fome, por falta de dinheiro? 22
Gráfico 15 - No caso de ter filhos ou outras crianças a seu cargo com menos de 16 anos, estes tiveram fome ou falta de alimentos nos últimos 6 meses, por falta de dinheiro? 22
Gráfico 16 - O agregado familiar teve falta de alimentos ou sentiu fome, por falta de dinheiro por existência de Ajuda Alimentar 23
Gráfico 17 - A sua casa é… 25
Gráfico 18 - Propriedade da habitação por rendimento mensal do agregado familiar..... 26
Gráfico 19 - A sua casa tem…? 26
Gráfico 20 - Por que a doença/deficiência condiciona a sua família? 27
Gráfico 21 - Nos últimos 12 meses alguém do seu agregado familiar foi ao médico? por rendimento mensal do agregado familiar..... 28
Gráfico 22 - Costumam comprar os medicamentos que o médico receita? por rendimento mensal do agregado familiar..... 29
Gráfico 23 - Quem vive habitualmente na sua casa?..... 31
Gráfico 24 - Porque não contactam ou estão mais vezes com familiares e amigos? 32
Gráfico 25 - Em momentos de dificuldade sente que a sua família está desamparada? por Com que frequência costumam contactar a restante família e amigos?..... 33
Gráfico 26 - Quando precisam, a quem costumam pedir ajuda com mais frequência?..... 34
Gráfico 27 - Quando recorrem a familiares/ amigos/ vizinhos que tipo de ajuda costumam pedir? 34
Gráfico 28 - Quando recorrem a familiares/ amigos/ vizinhos que tipo de ajuda costumam pedir? por situação profissional..... 35
Gráfico 29 - Situação profissional, escalões etários e rendimento mensal do agregado familiar por recorrer a uma instituição de solidariedade social (respostas “Sim”)..... 36
Gráfico 30 - Há aproximadamente quanto tempo recebem apoio de uma instituição de solidariedade social? por situação profissional 37

Gráfico 31- Frequências relativas do sentimento de pobreza subjetiva..... 40
Gráfico 32- Frequências relativas do sentimento de pobreza subjetiva por escalão etário..... 41
Gráfico 33- Frequências relativas do sentimento de pobreza subjetiva por escalão de rendimento..... 41
Gráfico 34- Frequências relativas do sentimento de pobreza subjetiva por nível de escolaridade 42
Gráfico 35- Frequências relativas do sentimento de pobreza subjetiva por nível de escolaridade (apenas indivíduos em idade ativa)..... 43
Gráfico 36- Frequências relativas do sentimento de persistência de pobreza subjetiva 44
Gráfico 37- Frequências relativas do sentimento de persistência de pobreza subjetiva por sentimento de pobreza subjetiva atual. 45
Gráfico 38- Frequências relativas do sentimento de persistência de pobreza subjetiva por grau de escolaridade 45
Gráfico 39- Frequências relativas das percepções das causas da pobreza..... 46
Gráfico 40- Frequências relativas das percepções das causas da pobreza por persistência da pobreza..... 48

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Amostras esperadas e obtidas por instituição e inquéritos..... 9
Tabela 2 - Em que áreas recebem ajuda dessa instituição? 37

Sumário executivo

Obtiveram-se 2209 inquéritos válidos, provenientes de 242 instituições de solidariedade social.

Em cerca de 52% dos agregados familiares o valor total auferido por mês é inferior ao salário mínimo nacional (23% das famílias auferem menos de 250€, 29% entre 251€ e 400€ e 26% mais de 500€).

Os agregados familiares com menores rendimentos correspondem a respondentes mais velhos, com menos escolaridade e com agregados familiares mais pequenos. Esta caracterização é semelhante à verificada em 2010.

Em 32% dos casos o rendimento provém do trabalho, o que não invalida a existência de outros apoios sociais a complementarem o rendimento total das famílias. Em 40% dos casos, o rendimento provém de reformas/pensões.

A casa (69%) e a alimentação (66%) são as duas maiores despesas, de acordo com os inquiridos, seguidas das despesas com a saúde (39%). Estas três principais despesas são semelhantes às encontradas em 2010, no estudo exploratório. Mais de metade dos respondentes (53%) refere gastar, por mês, com a casa (renda da casa/ empréstimo, água, luz, gás) até 250€ e cerca de ¼ gasta cerca de 251€ a 400€ mensais com a casa.

Cerca de 24% dos respondentes referiu ter pelo menos um empréstimo.

Cerca de 60% diz que o rendimento da família nunca é suficiente para viver e 29% que às vezes é suficiente. Apenas 12% refere que o rendimento familiar é sempre suficiente para viver.

Cerca de 26% diz ter tido falta de alimentos ou sentido fome alguns dias por semana, nos 6 meses prévios à inquirição, e 14% refere que tal aconteceu pelo menos um dia por semana. No estudo exploratório, conduzido em 2010, cerca de 16% dos respondentes disseram ter tido falta de alimentos alguns dias por semana e 11% pelo menos um dia por semana. Maioritariamente, os indivíduos que dizem receber ajuda alimentar são aqueles que mais dizem ter sentido fome ou falta de alimentos, nos seis meses prévios à inquirição.

Constata-se uma tendência para o aumento das carências alimentares no plano dos hábitos alimentares: em 2013, 39% referiu que tinha passado um dia inteiro sem ingerir quaisquer alimentos, por falta de dinheiro, já em 2010, 27 % dos respondentes referiram estar um dia inteiro sem comer muitas vezes ou uma vez ou outra (cerca de 12 pontos percentuais a menos que em 2013). Em 2013, apenas 23% dos respondentes dizem ter dinheiro para comprar

comida até ao final do mês e em 2010 este valor era de 49% (no estudo mais recente, 37% dos respondentes dizem não ter dinheiro para comprar comida até ao final do mês e 40% referem que tal acontece “às vezes” (num mês).

A maioria dos indivíduos paga renda ou empréstimo pelo local onde reside: cerca de 36% vive numa casa arrendada, 16% numa habitação social com renda, 12% em habitação própria com empréstimo bancário.

Cerca de 48% dos inquiridos referiu que o próprio ou alguém do seu agregado familiar sofre de uma doença ou deficiência. Entre estes, 81% refere que o problema de saúde condiciona (28%) ou condiciona muito (53%) a família.

93% dos inquiridos referiu que o próprio ou alguém do agregado familiar recorreu a um médico no último ano (prévio à inquirição). 49% diz comprar sempre os medicamentos receitados pelo médico e 25% compra apenas os mais baratos.

28% dos inquiridos diz contactar todos os dias com amigos e familiares e 34% fá-lo todas as semanas. Apenas 5% diz nunca contactar com os seus familiares/amigos. Apesar da maioria dos inquiridos referir que tem contacto frequente com familiares e amigos, cerca de 43% refere que, em momentos de dificuldade, sente que a sua família às vezes está desamparada e 28% sente-se assim muitas vezes. Cruzando estas duas informações, constata-se que quando a frequência de contacto diminui, aumenta o sentimento de desamparo, em momentos de dificuldade (e vice-versa).

72% respondeu que se sente só muitas vezes ou às vezes. Quando a frequência de contacto com familiares e amigos aumenta, diminui o sentimento de solidão.

A família assume-se como a principal fonte de ajuda, com os amigos/vizinhos a apresentarem, igualmente, valores bastante significativos. Os respondentes procuram a família, amigos ou vizinhos essencialmente para ajuda alimentar ou financeira.

Em 51% dos casos, os respondentes recorrem a instituições de solidariedade social. Quem o faz caracteriza-se por ter um nível de rendimento mensal do agregado familiar mais baixo, por ser mais velho, destacando-se o grupo dos adultos (41-65 anos), e por ser reformado ou desempregado.

Entre aqueles que procuram uma instituição de solidariedade social, cerca de 59% fá-lo há menos de 2 anos.

O apoio alimentar, seja na forma de cabazes ou refeições, é a principal área em que os inquiridos recebem ajuda (86% dos casos).

82% dos inquiridos respondem que hoje se sentem pobres. Este sentimento de pobreza subjetiva subiu em relação ao último inquérito em dez pontos percentuais. Através do cruzamento desta questão com o escalão etário percebe-se que são os jovens que se sentem mais pobres do que no inquérito anterior, sendo que entre os respondentes em 2010 e 2013 existem mais 10% dos jovens que afirmam sentir-se pobres.

Entre os indivíduos que se sentem pobres destacam-se sobretudo aqueles que têm idades inferiores aos 65 anos, com rendimentos baixos e com escolaridade abaixo do Ensino Secundário e com um número de membros no seu agregado familiar superior àqueles que não se sentem pobres.

17% dos inquiridos referiram que nunca foram pobres, 50% já passaram por situações de pobreza anteriormente e 34% sempre se sentiram pobres (no seu passado).

Entre aqueles que mencionam que sempre foram pobres, 98% dos respondentes referem que ainda se sentem pobres, enquanto que entre aqueles que referem que nunca foram pobres, apenas 57% se sentem pobres.

Relativamente às causas da situação de pobreza, 48% de respostas foram dadas atribuindo à sua pobreza razões associadas à sociedade propriamente dita. As causas sociais são, então, a perspetiva mais referida pelos respondentes, atribuindo a pobreza a causas como o desemprego ou os baixos rendimentos. De seguida, uma das causas mais indicadas pelos inquiridos, com 37% de respostas, são as causas fatalistas, isto é, atribuem a pobreza ao destino, como doença ou acidentes na sua vida que os penalizaram bastante. Por último, a atribuição da pobreza à culpa dos próprios pobres é aquela que é normalmente menos indicada, tendo-se verificado o mesmo neste estudo, sendo que apenas 15% das respostas dadas se referiam a esta causa.

Introdução

Após a edição de 2010, que se revestiu de um carácter mais exploratório e que visava conhecer a realidade dos utentes que recorrem a instituições de solidariedade social, em 2012 foi lançado um novo estudo que procura, com base em resultados anteriores, continuar a levar a cabo a recolha de informação sistemática sobre esta população. Apesar de, no geral, o objetivo central permanecer o mesmo, o presente estudo pretende lançar as bases para um novo tipo de análise, em que se prevê seguir algumas famílias ao longo do tempo. Desta forma, será possível não só efetuar uma caracterização mais abrangente dos utentes das instituições de solidariedade social, como acompanhar, com maior detalhe, o percurso de algumas famílias: as suas vivências, estratégias e as suas formas de lidar com a falta de recursos.

O presente relatório apresentará os resultados recolhidos em 2012/2013 e procurará, sempre que se justifique, tecer comparações com os resultados obtidos em 2010. Apesar da comparação entre os dois períodos estar limitada, devido a, por um lado, diferentes procedimentos amostrais e, por outro, a alterações nas formulações das questões, julgou-se pertinente chamar sempre que possível a este relatório os resultados obtidos no passado. Desta forma, esperam-se poder encontrar sinais de ruptura ou continuidade relativamente aos temas abordados. Para promover esta lógica de comparabilidade, optou-se por adoptar a mesma estrutura de apresentação dos resultados.

Este estudo foi conduzido pelo Centro de Estudos e Sondagens de Opinião e pelo Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia da Universidade Católica Portuguesa em parceria com o Banco Alimentar e a Entrajuda.

Caracterização da Amostra

A amostra foi desenhada tendo por base o número de utentes por instituição e teve em consideração os seguintes critérios: foram excluídas instituições com menos de 20 utentes; e não foram incluídos utentes institucionalizados e menores de idade. Assim, foi determinado o número de utentes em cada NUT II, sendo o número de utentes na amostra proporcional ao número de utentes na respetiva NUT, para um total de 3000 inquéritos. Foi calculada uma sobreamostragem de 30%, o que equivalerá a uma amostra final esperada de 3899 utentes. Por motivos de logística das instituições, foi determinado que apenas se aplicariam 10 inquéritos em cada instituição. Deste modo, nas regiões NUT com maior número de utentes, haverá a seleção de um maior número de instituições. Estas foram selecionadas de forma aleatória entre o conjunto de todas as instituições que constam na base de dados do Banco Alimentar/Entrajuda que cumprissem as características acima descritas. No quadro seguinte pode verificar-se o número esperado de instituições respondentes por cada região NUT II e o número final, bem como o número total de inquéritos esperados e os realizados.

Tabela 1 - Amostras esperadas e obtidas por instituição e inquéritos

Região NUT II	Instituições				Inquéritos			
	Amostra esperada		Amostra obtida		Amostra esperada		Amostra obtida	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Norte	101	26%	57	24%	1005	26%	541	24%
Centro	63	16%	40	17%	632	16%	349	16%
Lx e Vale Tejo	158	40%	93	38%	1580	41%	827	37%
Alentejo	31	8%	22	9%	309	8%	209	9%
Algarve	26	7%	22	9%	255	7%	208	9%
Açores	11	3%	7	3%	111	3%	65	3%
Madeira	1	0,3%	1	0,4%	7	0,2%	10	0,5%
Total	391	100%	242	100%	3899	100%	2209	100%

Das 391 instituições para as quais foram enviados inquéritos, apenas 242 os devolveram. A amostra obtida é constituída por 2209 inquéritos válidos, a que corresponde um erro de 2.1%, para um nível de confiança de 95%.[1] Olhando para os valores relativos presentes na tabela, verifica-se não existir diferenças significativas entre as amostras esperadas e as amostras obtidas. Apenas para a região de Lisboa se verifica uma diferença de quatro pontos

[1] De acordo com a metodologia estipulada, a 242 instituições deveriam corresponder cerca de 2420 inquéritos; o desfasamento entre este valor e o obtido (2209) deve-se ao facto de nem todas as instituições devolverem os 10 inquéritos esperados.

percentuais entre a amostra esperada de inquéritos e a obtida (neste caso, porque as instituições não devolveram todos os inquéritos que tinham para preencher).

Em traços gerais, pode caracterizar-se os respondentes do seguinte modo:

- 73% são do sexo feminino;
- a idade média situa-se nos 51 anos (mediana = 47) (10% tem entre 18 e 30 anos; 24% entre 31 e 40 anos; 46% entre 41 e 65 anos e 21% 66 ou mais anos);
- 92% têm nacionalidade portuguesa;
- 45% vivem em situação de conjugalidade (34% casados e 11% vivem juntos), 21% são solteiros , 15% são divorciados e também 15% são viúvos;
- 55% possuem, no máximo, o 4º ano do 1º ciclo do Ensino Básico; 16% atingiram o 2º ciclo e, também, 16% o 3º ciclo do Ensino Básico, 12% tem o ensino secundário ou superior;
- 32% estão desempregados e 27% reformados (dentro deste grupo incluem-se indivíduos com idades inferiores a 65 anos o que poderá significar estarem aqui incluídos casos de indivíduos reformados por invalidez); apenas 18% afirmam ter um trabalho, a tempo inteiro (15%) ou parcial (4%);
- entre os que afirmaram estar desempregados (ou em outras situações que poderão ser indiciadoras de desemprego, como fazer biscates, reformado, etc.), cerca de 61% dizem estar nessa situação há mais de 2 anos,21% entre 1 e 2 anos, 15% entre 3 meses e 1 ano e 4% há menos de 3 meses;
- 68% afirmam existir uma ou duas pessoas desempregadas no seu agregado familiar;
- no total de desempregados, 15% tem entre 18 e 30 anos, 34% tem entre 31 e 40 anos e 51% tem entre 41 e 65 anos (para todos os escalões etários, o desemprego é a situação perante a profissão que agrega mais respostas[2]);
- em média, os agregados domésticos são constituídos por 3 pessoas.

[2] Entre os indivíduos com idades compreendidas entre os 18 e 30 anos 51% estão desempregados; para aqueles entre os 31 e 40 anos, 46% encontram-se desempregados e no total de indivíduos com idades entre os 41 e os 65 anos 36% estão desempregados.

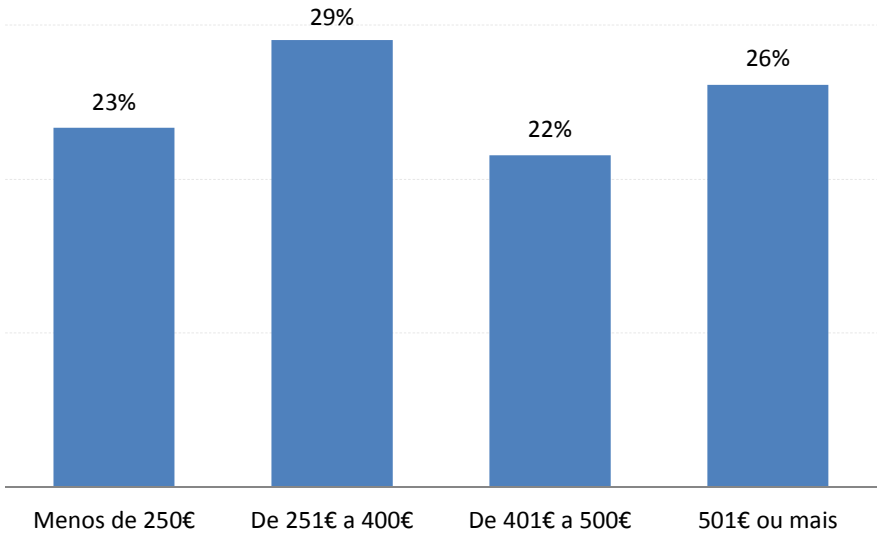
Nível económico

Este capítulo irá debruçar-se sobre as condições socio-económicas dos indivíduos que recorrem a instituições de solidariedade social, nomeadamente, sobre a sua situação económica e o acesso a um conjunto de bens e serviços. Abordar-se-ão questões como o rendimento auferido, a sua proveniência, despesas do agregado familiar, o acesso a bens e serviços como a alimentação, a habitação e a saúde. O enfoque encontra-se, pois, numa perspectiva mais económica, interessando abordar as situações de privação do ponto de vista da carência económica.

Situação económica

O nível de rendimento é a variável que, de uma forma mais direta, permite conhecer a situação económica dos respondentes e das suas famílias. Assim, foi perguntado, relativamente ao último mês prévio à inquirição, quanto dinheiro é que a família do respondente recebeu, no total. No gráfico pode observar-se a distribuição de rendimentos (já depois da transformação da variável[3]).

Gráfico 1 - Rendimento mensal do agregado familiar

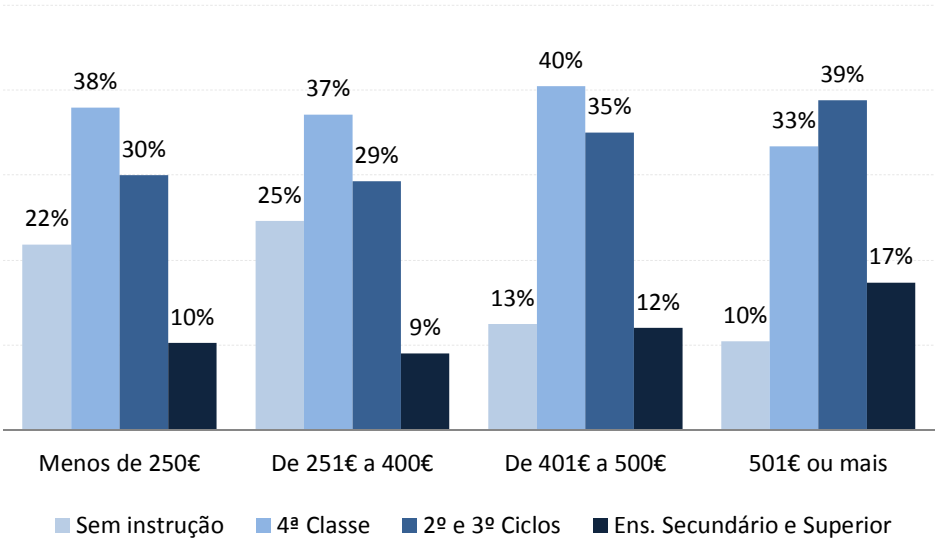


[3] A variável foi recodificada de acordo com as categorias utilizadas no estudo de 2010, de modo a possibilitar comparações mais diretas. As respostas originais à pergunta foram: nenhum dinheiro - 4%; até 250€ - 19%; de 251€ a 400€ - 29%; de 401€ a 500€ - 22%; de 501€ a 750€ - 16%; de 751€ a 1000€ - 7%; de 1001€ a 1500€ - 3%; mais de 1500€ - 1%.

Como é visível, em cerca de 52% dos agregados familiares o valor total auferido por mês é inferior ao salário mínimo nacional (23% das famílias auferem menos de 250€ e 29% entre 251€ e 400€). Apenas 26% dos respondentes disseram que a família aufere um rendimento mensal superior a 500€[4]. Visto as situações de carência económica estarem frequentemente relacionadas com características socio-demográficas dos indivíduos, importa relacionar estes resultados com a idade, a escolaridade e a dimensão dos agregados familiares dos respondentes, variáveis que, à partida, poderão ser relevantes para melhor caracterizar os agregados. Assim, verifica-se que os agregados familiares com menores rendimentos correspondem a respondentes mais velhos *(r_s =-0.055; p<0.05)*, com menos escolaridade *(r_s =0.170; p<0.000)* e com agregados familiares mais pequenos *(r =0.175; p<0.000)*. Esta caracterização é semelhante à verificada em 2010.

No que respeita à escolaridade, graus mais baixos encontram-se, muitas vezes, associados a menores rendimentos. E, no caso presente, parece ser essa a tendência: repare-se que para os três níveis mais baixos de rendimento, mais de 50% dos respondentes possuem apenas até à 4ª Classe. Apenas no escalão mais elevado de rendimento (501€ ou mais) se verifica uma maior percentagem de indivíduos com o 2º e 3º Ciclos e com o Ensino Secundário e Superior.

Gráfico 2 - Rendimento mensal do agregado familiar por nível de escolaridade

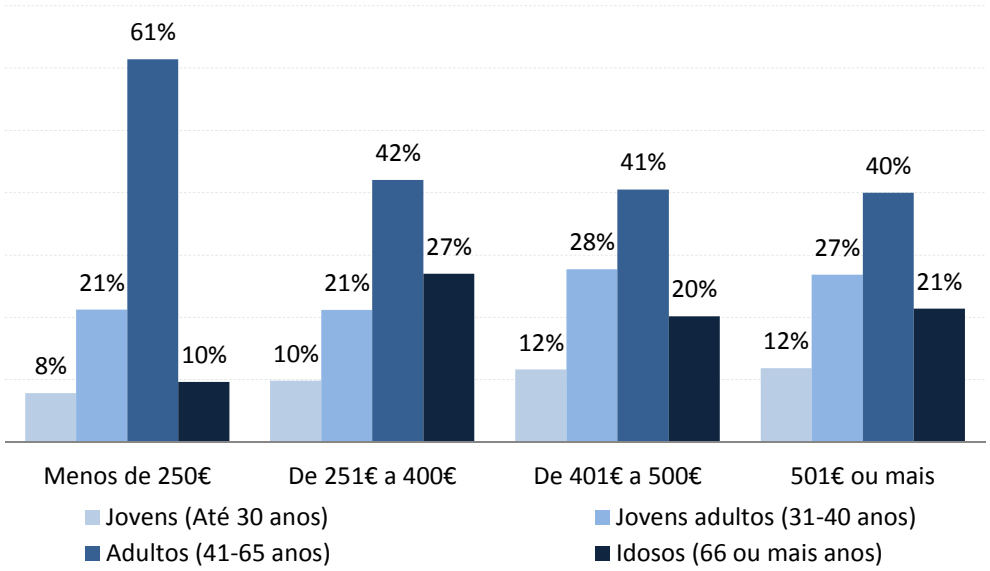


A idade é outra variável importante quando se caracteriza o nível de rendimento. Neste caso, são os respondentes mais velhos que afirmam auferir um menor rendimento mensal. Não é uma surpresa se se tiver em consideração que poderão estar aqui presentes questões como a

[4] Não é possível efetuar a comparação com os resultados de 2010, pois a formulação da questão foi alterada, não estando a ser medida exatamente a mesma realidade.

proveniência do rendimento (reformas) e as despesas assumidas (abordadas mais abaixo). Não obstante, o valor que mais se destaca no gráfico é o correspondente aos 61% de indivíduos que dizem que os seus agregados auferem até 250€ mensais e têm entre 41 e 65 anos. Ao cruzar esta informação com a situação perante o trabalho, verifica-se que o desemprego poderá ser uma explicação para este resultado: 51% dos indivíduos que se encontram no desemprego pertencem àquele escalão etário (41-65 anos).

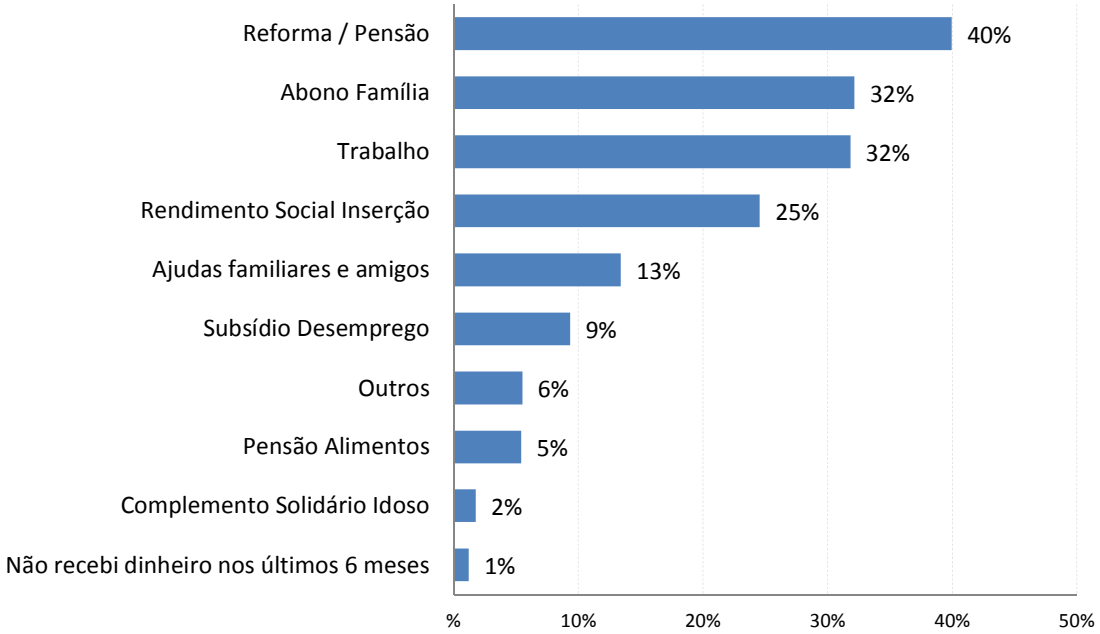
Gráfico 3 - Rendimento mensal do agregado familiar por escalão etário



Quanto à dimensão do agregado familiar, apesar de se verificar uma associação entre rendimentos mais altos e agregados maiores, tendo em conta as características da amostra e dos resultados encontrados, cremos tratar-se de uma imprecisão. Os rendimentos são mais altos nos agregados maiores, porque possivelmente existirão mais fontes de rendimento. Contudo, esse mesmo rendimento terá de ser dividido por mais indivíduos o que faz decrescer o valor do rendimento *per capita*.

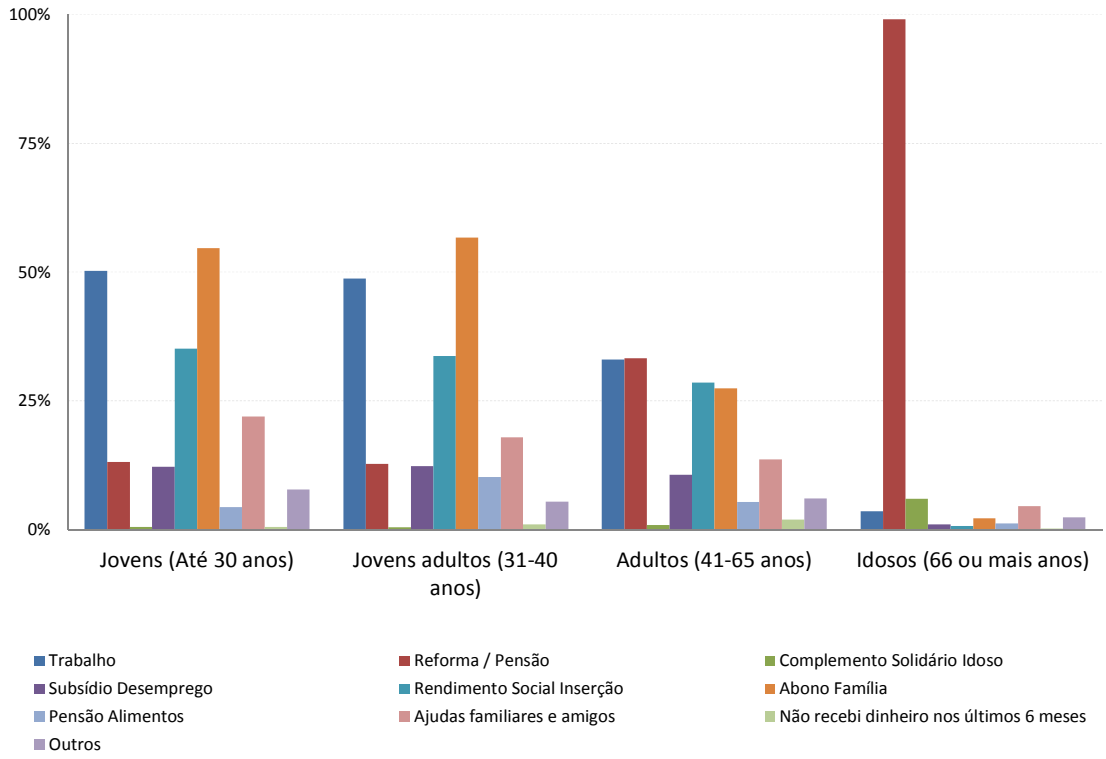
A proveniência dos rendimentos é outra variável central para compreender a situação económica dos respondentes. A grupos desfavorecidos encontram-se, muitas vezes, associados rendimentos provenientes de reformas/pensões ou outros subsídios. De facto, somente em 32% dos casos o rendimento provém do trabalho, o que não invalida a existência de outros apoios sociais a complementarem o rendimento total das famílias.

Gráfico 4 - Nos últimos 6 meses, de onde veio o dinheiro que têm para viver?



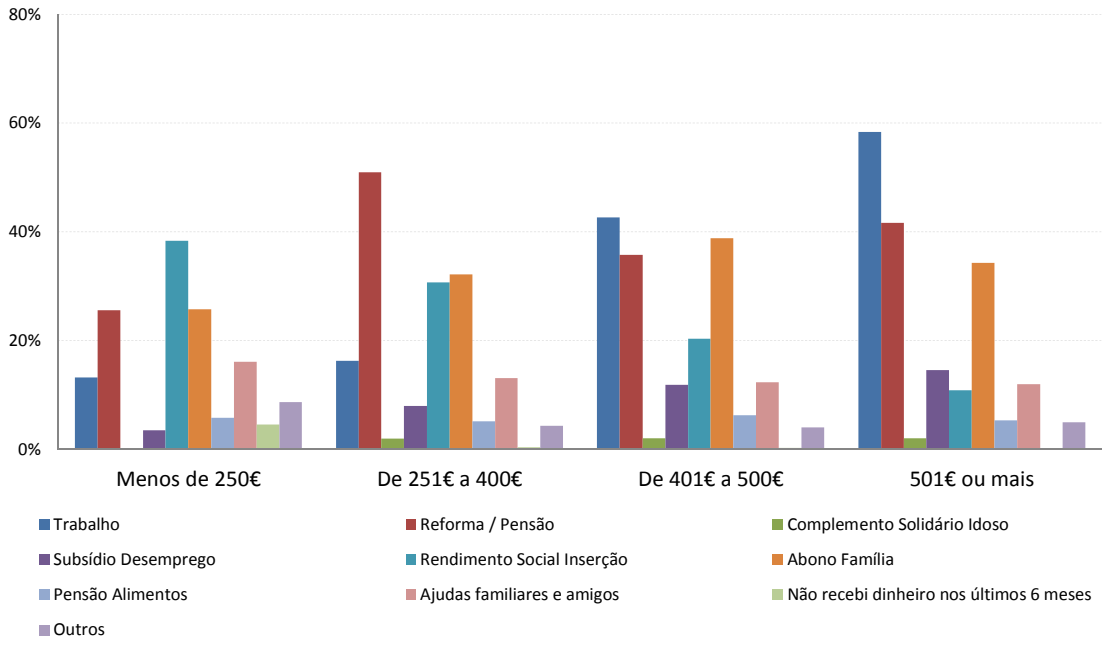
No caso dos idosos os seus rendimentos provêm sobretudo de reformas ou pensões (99% referem-nas). Quando se analisam os outros escalões etários verifica-se existir uma variedade de proveniências de rendimentos, por agregado familiar. Tal pode ficar a dever-se ao facto dos respondentes mais jovens pertencerem a agregados familiares com mais indivíduos *(r = -0.325; p<0.000)* o que faz diversificar e aumentar as fontes de rendimento, ao passo que as pessoas idosas tendem a viver sozinhas e, como tal, a estarem dependentes sobretudo da reforma/pensão. Note-se que é até aos 40 anos que o rendimento proveniente do trabalho e do abono de família é mais significativo, o que poderá ser facilmente entendido, tendo em conta o ciclo de vida dos respondentes e dos respectivos agregados. Uma vez mais, tal como acontecia para os dados de 2010, constata-se existir uma forte dependência de subsídios sociais de diversos tipos, o que nos leva a crer em trajetórias de vida marcadas pela dependência de subsídios.

Gráfico 5 - Proveniência dos rendimentos por escalão etário



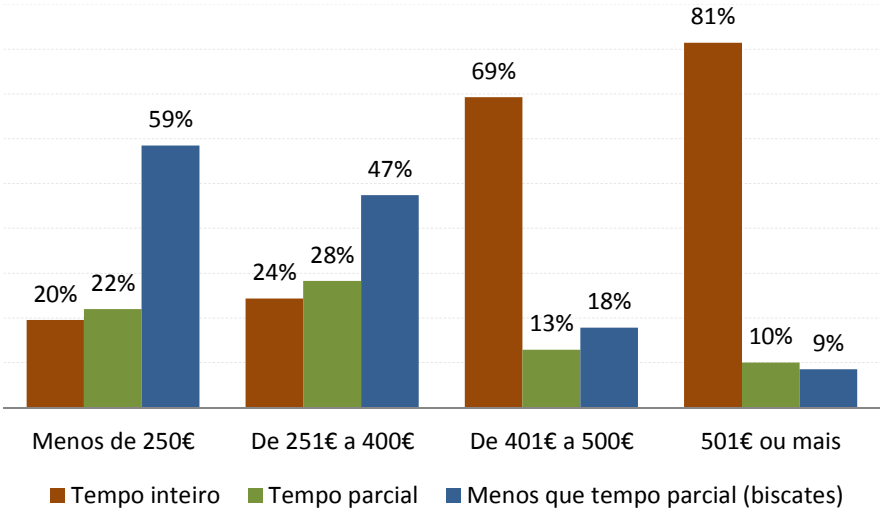
Importa ainda analisar a proveniência do rendimento do agregado familiar, de acordo com os montantes envolvidos. Assim, verifica-se ser nos dois escalões de rendimento mais altos que os rendimentos provenientes de trabalho e do abono de família têm maior preponderância. Nos escalões mais baixos e sobretudo no mais baixo (até 250€), os rendimentos são provenientes maioritariamente de subsídios sociais, destacando-se o RSI e, ainda, as reformas/pensões. No que respeita a estas últimas, podemos estar em presença do efeito de outra variável: a idade. Como se viu atrás, os indivíduos mais velhos pertencem a agregados familiares com menores rendimentos, sendo estes provenientes sobretudo de reformas/pensões. Os escalões mais altos de rendimentos corresponderão sobretudo a inquiridos mais jovens, à população ativa, cujos rendimentos provêm sobretudo do trabalho (e de outros subsídios sociais).

Gráfico 6 - Proveniência dos rendimentos por rendimento mensal do agregado familiar



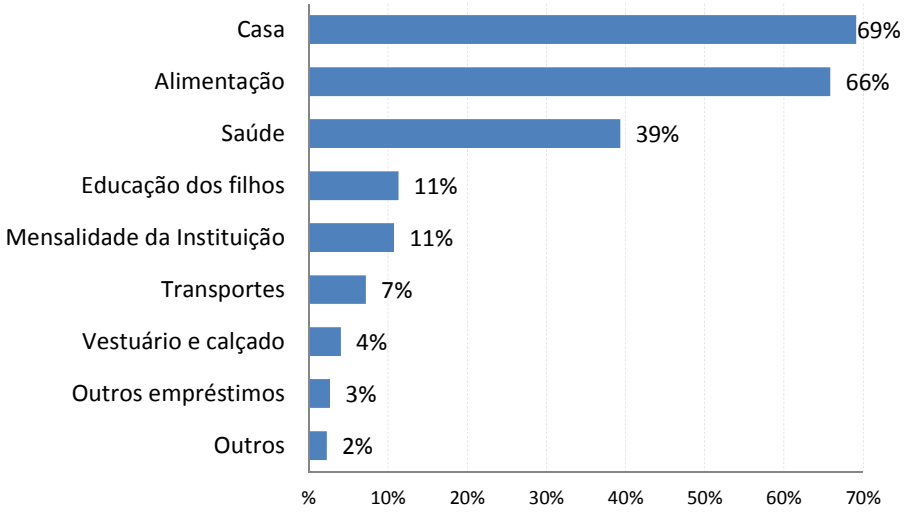
Focando a atenção apenas naqueles respondentes que mencionaram ter algum tipo de atividade profissional, constata-se que nos escalões de rendimento mais elevados (rendimentos superiores a 401€) existe um maior predomínio de indivíduos a trabalhar a tempo inteiro. Já nos escalões mais baixos, o trabalho a menos que o tempo parcial, os biscates, é o mais frequente. Apesar de se ter questionado sobre o rendimento (mensal) total do agregado familiar e a questão relativa à situação na profissão ser exclusiva para o respondente, considera-se que que este cruzamento é útil, na medida em que permite perceber uma relação entre o tipo de atividade e o rendimento. Assim, tal como acontecia em 2010, as situações mais precárias de emprego correspondem a níveis mais baixos de rendimento.

Gráfico 7 - Rendimento mensal do agregado familiar por tipo de trabalho desempenhado



A situação económica dos utentes pode ainda ser aferida do lado das despesas. Até ao momento, observou-se o nível de rendimento disponível mensalmente e a sua proveniência. Importa agora perceber quais as maiores despesas dos agregados familiares e caracterizá-las.

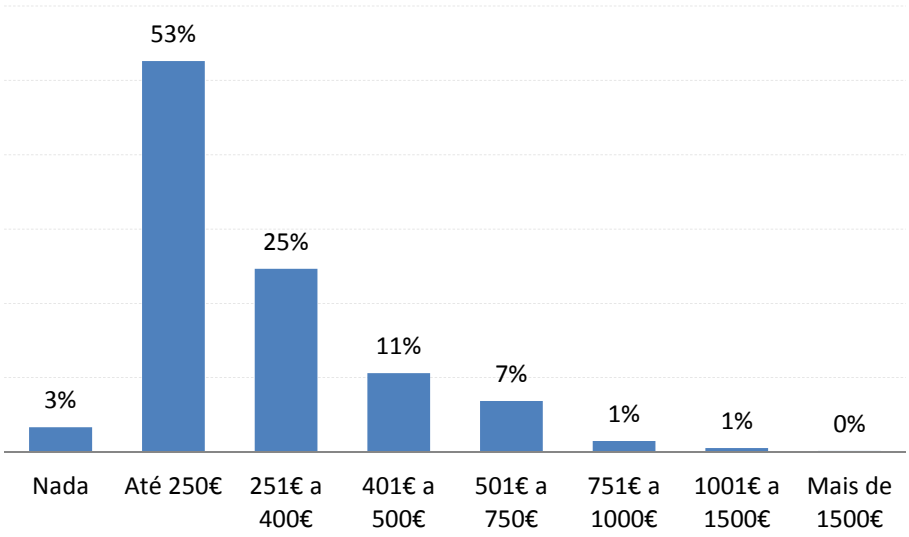
Gráfico 8 - Habitualmente, quais são as maiores despesas do seu agregado familiar?



A casa (69%) e a alimentação (66%) são as duas maiores despesas, de acordo com os inquiridos, seguidas das despesas com a saúde (39%). Tratam-se de despesas com bens essenciais, cuja ausência poderá colocar em causa o bem-estar dos inquiridos e das suas famílias. Note-se que apesar das ordens de grandeza serem um pouco diferentes e de questões amostrais não permitirem uma comparação direta, é interessante verificar que as três principais despesas são semelhantes às encontradas em 2010, no estudo exploratório.

As despesas com a casa foram referidas como aquelas que mais pesam no orçamento familiar, interessa agora quantificar esse custo mensal. Assim, mais de metade dos respondentes (53%) refere gastar, por mês, com a casa (renda da casa/ empréstimo, água, luz, gás) até 250€ e cerca de ¼ gasta cerca de 251€ a 400€ mensais com a casa. Estes valores podem ser melhor entendidos quando se tem em consideração o rendimento disponível das famílias, por mês, analisado anteriormente: à medida que aumenta o rendimento disponível aumentam as despesas com a casa *(r_s =0.354; p<0.000)*.

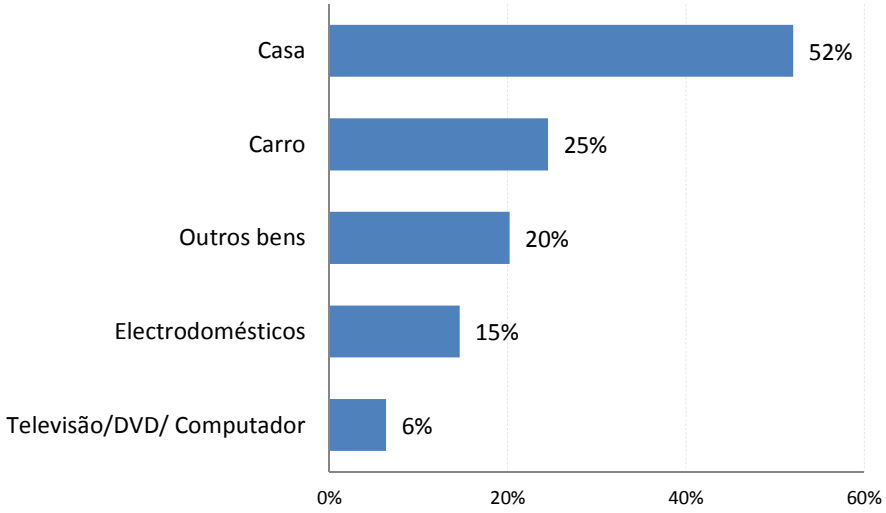
Gráfico 9 - No total, quanto gastam por mês com a casa (renda da casa/ empréstimo da casa/ água/ luz/ gás)?



Outra fonte de despesa que poderá ter fortes impactos no orçamento familiar é a relativa à existência de empréstimos. Cerca de 24% dos respondentes referiu ter pelo menos um empréstimo. Destes, 35% conseguem pagar sempre as mensalidades dos empréstimos, 55% pagam-nas às vezes e 10% nunca as conseguem pagar. O empréstimo com a casa assume-se como o mais frequente[5].

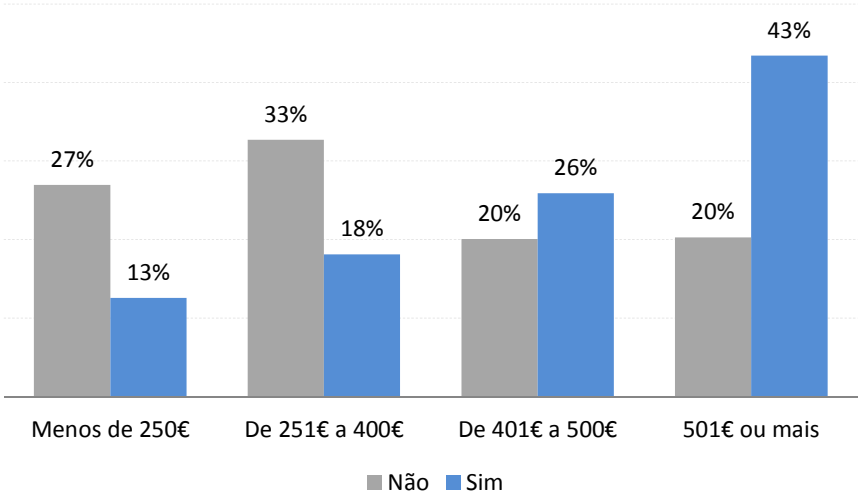
[5] Os inquiridos podiam assinalar todos os empréstimos que tivessem. Percentagens calculadas, tendo em consideração o total de inquiridos que mencionaram ter, pelo menos, um empréstimo: 534.

Gráfico 10 - Têm algum dos seguintes empréstimos?



Como seria expectável, o rendimento disponível pelas famílias é uma variável significativa quando se analisa a questão dos empréstimos *(χ^2 = 150.422; p<0.000)*. Constata-se que a percentagem de respondentes que contraíram um ou mais empréstimos é superior nos grupos em que o rendimento disponível é também mais elevado.

Gráfico 11 - Existência de empréstimos por rendimento mensal do agregado familiar

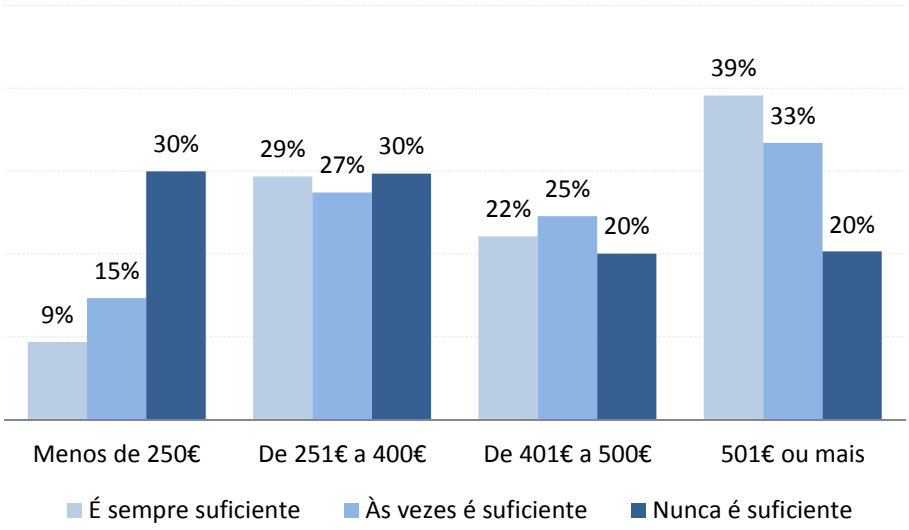


Do mesmo modo, verifica-se existir uma relação em sentido direto entre o rendimento disponível por mês e o número de empréstimos contraídos, ou seja, com o aumento do rendimento disponível nos agregados familiares, aumenta o número de empréstimos realizados *(r_s = 0.261; p<0.000)*.

Ainda em relação aos empréstimos efectuados, de referir que é nos escalões etários mais baixos que se encontram mais indivíduos a contrair empréstimos, o que poderá estar relacionado com a sua fase de vida ($\chi^2 = 92.387; p<0.000$). O grau de escolaridade também se encontra relacionado com a existência de empréstimos: entre aqueles que têm empréstimos, encontram-se percentagens mais altas nos níveis mais elevados de ensino ($\chi^2 = 158.192; p<0.000$). Neste caso, e porque se sabe que a escolaridade se relaciona com o nível de rendimento, é possível que a escolaridades mais altas correspondam melhores empregos e melhores remunerações. Por fim, quem contraiu empréstimos é sobretudo trabalhador a tempo inteiro ou desempregado ($\chi^2 = 219.098; p<0.000$).

Para terminar o capítulo dedicado à situação económica dos utentes de instituições de solidariedade social, há que analisar uma última questão em que lhes era pedido que avaliassem em que medida o rendimento da sua família era suficiente para viver. Trata-se, portanto, de uma percepção em relação ao seu próprio rendimento, uma medida mais subjetiva da sua situação económica. No geral, as respostas são negativas: cerca de 60% diz que o rendimento da família nunca é suficiente para viver e 29% que às vezes é suficiente. Apenas 12% refere que o rendimento familiar é sempre suficiente para viver. Olhando com maior atenção para estes números, constata-se que o rendimento disponível influencia bastante aquela percepção: à medida que aumenta o escalão de rendimento, aumenta a percepção do rendimento ser sempre suficiente para a família viver ($r_s = -0.224; p<0.000$).

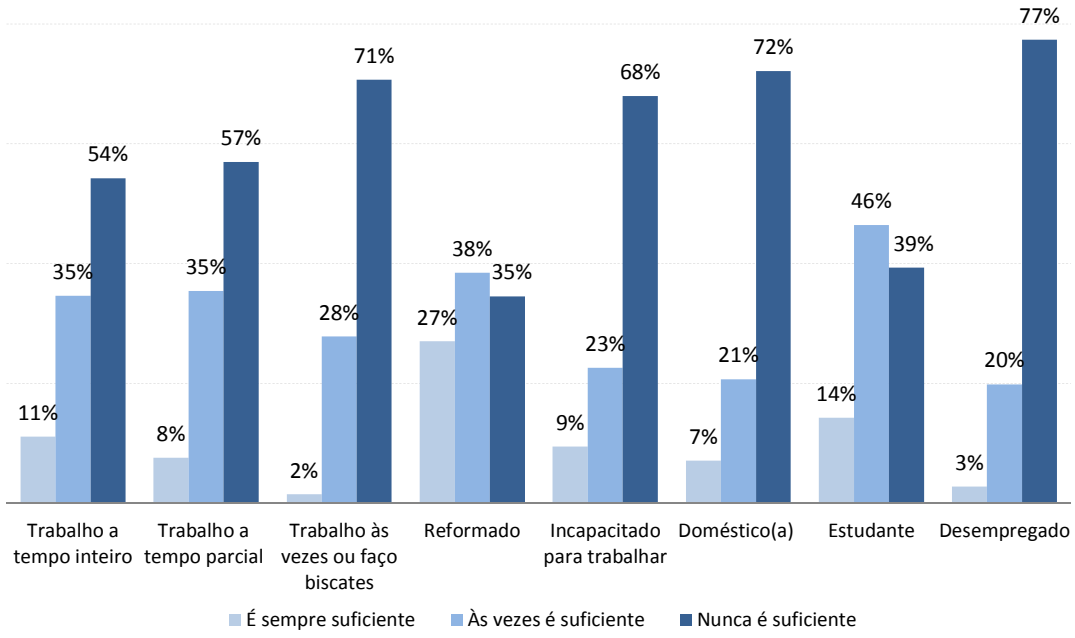
Gráfico 12 - Percepção sobre o rendimento familiar por rendimento mensal do agregado familiar



A situação perante a profissão é outra variável que se mostrou significativa para a compreensão daquela percepção ($\chi^2 = 333.357; p<0.000$). Como é visível no gráfico, para todas

as categorias, à exceção dos reformados e dos estudantes, a opção "nunca é suficiente" é a mais referida. Mesmo entre aqueles que têm uma atividade profissional, seja ela a tempo inteiro, parcial ou menos que parcial (biscates), o rendimento das famílias não é suficiente para viver. No caso dos desempregados, a quase totalidade dos indivíduos nesta situação considera que o seu rendimento não é suficiente para a sua família viver: apenas 3% considera que o rendimento familiar é sempre suficiente.

Gráfico 13 - Percepção sobre o rendimento familiar por situação perante a profissão



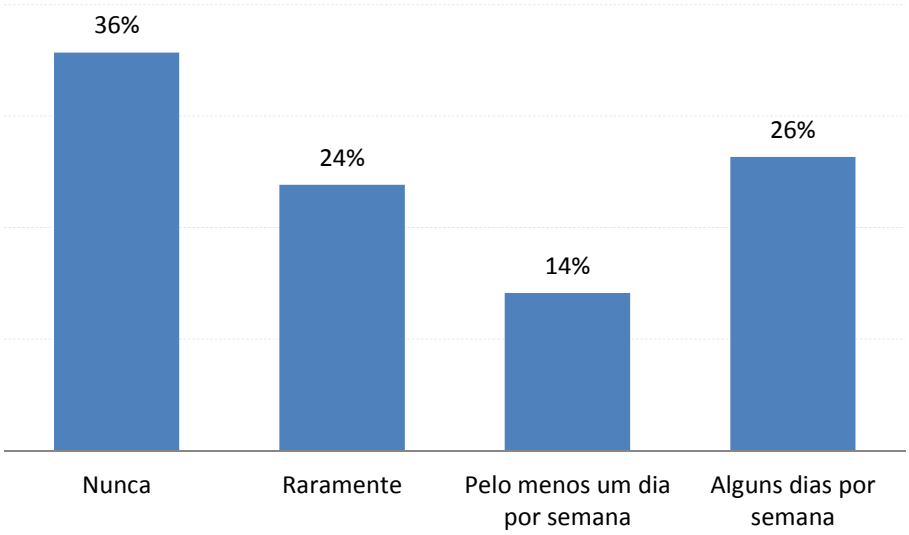
Acesso a bens e serviços

Alimentação

Neste ponto irão ser abordadas algumas questões relativas ao acesso a um conjunto de bens e serviços. O questionário apresenta algumas questões que pretendem aferir acerca da falta de alimentos nos agregados familiares dos respondentes. Como se verificou atrás, as despesas com a alimentação foram referidas pelos inquiridos como uma das maiores despesas do agregado familiar. Cerca de 26% diz ter tido falta de alimentos ou sentido fome alguns dias por semana, nos 6 meses prévios à inquirição, e 14% refere que tal aconteceu pelo menos um dia por semana. No estudo exploratório, conduzido em 2010, cerca de 16% dos respondentes disseram ter tido falta de alimentos alguns dias por semana e 11% pelo menos um dia por semana. Apesar das questões não poderem ser diretamente comparáveis (devido a uma

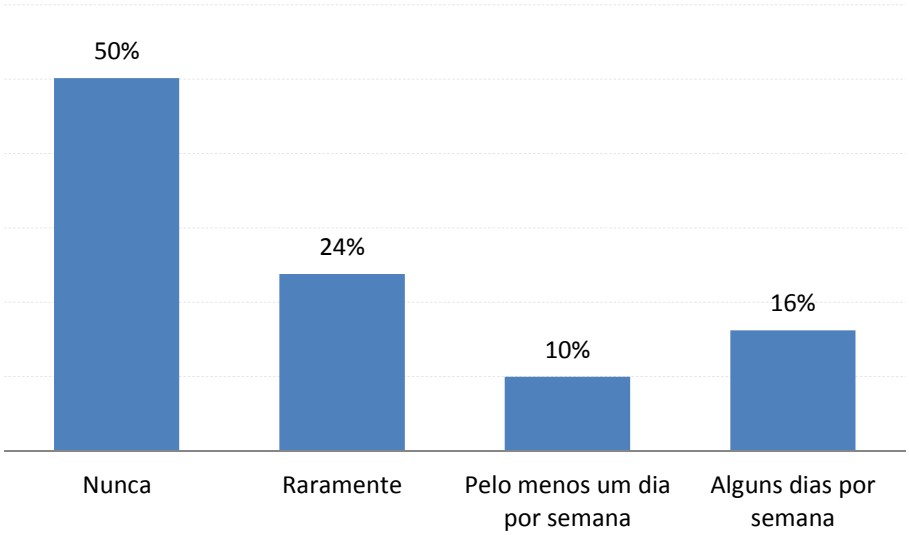
formulação um pouco diferente das perguntas e devido a questões amostrais), não deixa de se notar uma diferença significativa entre os valores encontrados para os dois anos.

Gráfico 14 - Nos últimos 6 meses, o seu agregado familiar teve falta de alimentos ou sentiu fome, por falta de dinheiro?



A mesma questão foi colocada em relação aos filhos ou outras crianças (com idade inferior a 16 anos) dependentes dos respondentes.

Gráfico 15 - No caso de ter filhos ou outras crianças a seu cargo com menos de 16 anos, estes tiveram fome ou falta de alimentos nos últimos 6 meses, por falta de dinheiro?

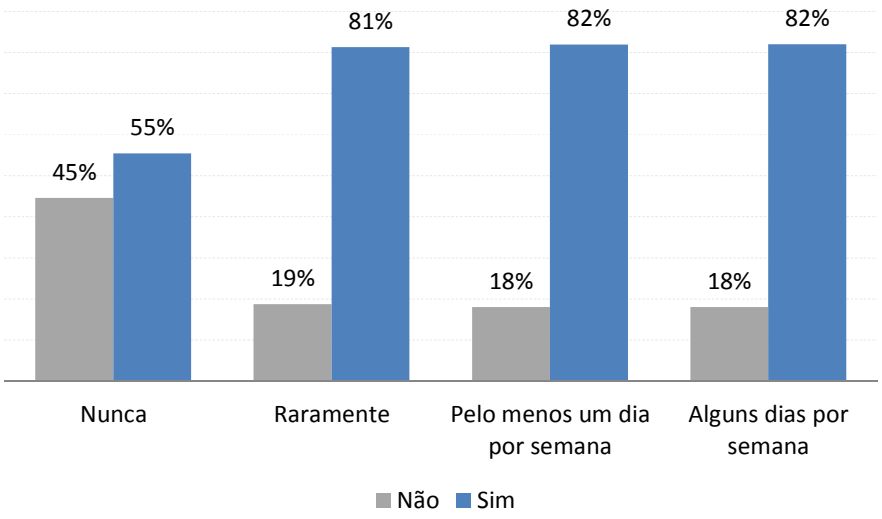


Entre aqueles que disseram ter crianças a cargo, a grande maioria diz nunca ter faltado alimentos a essas crianças. Contudo, 16% diz ter havido fome ou falta de alimentos alguns dias por semana e 10% pelo menos um dia por semana.

Como expectável, quanto maior o rendimento mensal disponível no agregado familiar, menos se faz sentir a falta de alimentos, quer em relação ao respondente *(r_s = -0.234; p<0.000)* quer em relação aos filhos ou crianças a cargo *(r_s = -0.193; p<0.000)*.

À semelhança do que foi realizado no estudo exploratório, interessa também aqui verificar se aqueles que mais dizem sentir fome são aqueles que mais recorrem à ajuda alimentar de instituições de solidariedade social, seja sob a forma de cabazes ou refeições.

Gráfico 16 - O agregado familiar teve falta de alimentos ou sentiu fome, por falta de dinheiro por existência de Ajuda Alimentar



Como é visível no gráfico, maioritariamente, os indivíduos que dizem receber ajuda alimentar são aqueles que mais dizem ter sentido fome ou falta de alimentos, nos seis meses prévios à inquirição (*χ^2 = 173.966; p<0.000)*.

Ainda no sentido de perceber as carências alimentares dos respondentes, foi questionado se nos últimos seis meses (anteriores à inquirição) tinham passado algum dia inteiro sem ingerir quaisquer alimentos, por falta de dinheiro. Cerca de 39% referiu que tal tinha acontecido (10% referiu que tal aconteceu muitas vezes e 29% que tinha acontecido uma vez ou outra). Outro indicador de falta de alimentos é a existência de "dinheiro para ter sempre comida até ao fim do mês". 37% dos respondentes dizem não ter dinheiro para comprar comida até ao final do mês e 40% referem que tal acontece "às vezes" (num mês). Uma vez mais, e previsivelmente, o rendimento das famílias é determinante para os resultados encontrados: são os indivíduos com menos recursos financeiros aqueles que mais afirmam ter estado sem comer algum dia (*χ^2 = 150.179; p<0.000)* ou não ter dinheiro para ter comida até ao final do mês (*χ^2 = 148.926; p<0.000)*.

Constata-se uma tendência para o aumento destas carências no plano dos hábitos alimentares: com as devidas cautelas em termos de comparação dos dois estudos (como já indicado anteriormente), em 2010, 27 % dos respondentes referiram estar um dia inteiro sem comer muitas vezes ou uma vez ou outra (cerca de 12 pontos percentuais a menos que em 2013) e 49% diz ter sempre comida até ao fim do mês (em 2013, apenas 23% dizem ter dinheiro para ter comida até ao fim do mês).

Com o intuito de permitir a comparação dos resultados, foi construído um índice de carências alimentares, à semelhança do efectuado em 2010, possibilitando, assim, apresentar a informação acima descrita de uma forma mais sintética. Contudo, por alterações do questionário, apenas serão consideradas três variáveis (em 2010 eram quatro), das analisadas atrás. Assim, contribuem para este índice as questões: se nos últimos seis meses o agregado familiar teve falta de alimentos ou sentiu fome, por falta de dinheiro; se esteve algum dia inteiro sem comer, por falta de dinheiro; e se tem dinheiro para ter sempre comida até ao fim do mês. As opções de resposta foram transformadas, de modo a que as categorias mais positivas (que correspondem aos casos em que não há carências alimentares) assumissem valores mais baixos e as categorias mais negativas (onde existem carências) assumissem valores mais elevados. Assim, o valor do índice varia entre zero (quando não existe qualquer carência, ou seja, os indivíduos não sentiram falta de alimentos em quaisquer condições) e sete (quando há uma carência máxima, ou seja, os inquiridos tiveram falta de alimentos alguns dias por semana, estiveram muitas vezes sem comer um dia inteiro nos últimos seis meses e não têm dinheiro para ter sempre comida até ao fim do mês). O valor médio deste índice é 2.9 (mediana = 3.0), o que indicia, de algum modo, existirem baixas carências alimentares. Como se viu atrás, apesar do rendimento ser decisivo no acesso aos bens alimentares, as despesas com a alimentação são das mais significativas, provando a importância que este tipo de bens tem para os indivíduos (20% não tem qualquer carência (valor 0) e 41% tem um índice de carência alimentar igual ou superior a 4).

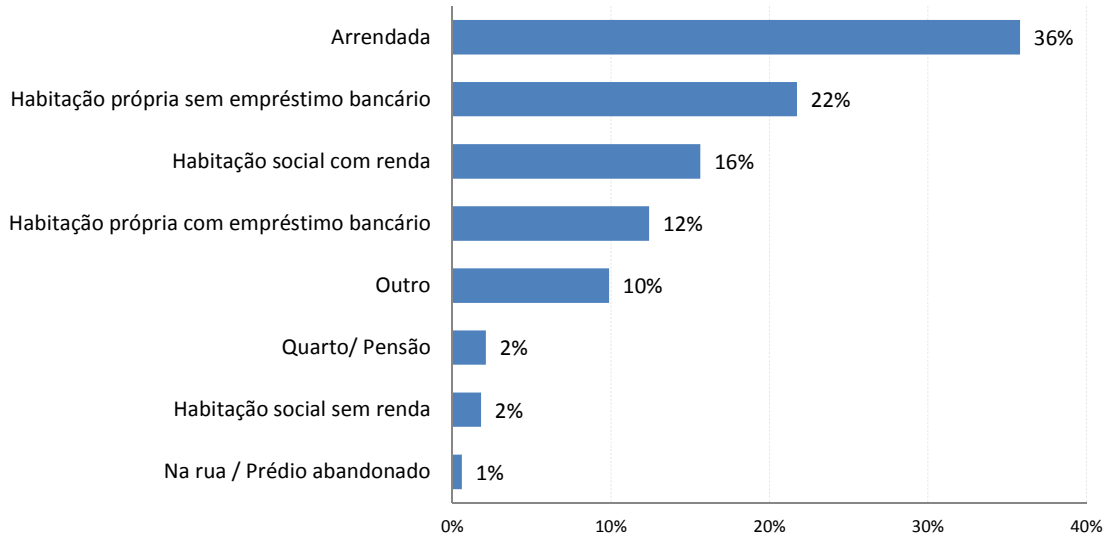
Julgou-se pertinente analisar como este índice se relaciona com outras variáveis que têm sido centrais na caracterização dos utentes. Assim, verifica-se que existe uma relação em sentido inverso entre o índice de carências alimentares e o rendimento mensal disponível dos agregados familiares, ou seja, quando as carências aumentam aquele rendimento diminui (e vice-versa) *(r_s = -0.284; p<0.000)*. Também o escalão etário se relaciona inversamente com aquele índice *(r_s =-0.210; p<0.000)*: quanto mais velhos os indivíduos menores são as carências alimentares. Quanto à dimensão do agregado familiar, verificou-se que quanto maior for o agregado, maior a falta de alimentos *(r_s =0.123; p<0.000)*. Por fim, verificou-se que os

respondentes que recebem mais ajuda institucional a nível alimentar (refeições e cabazes) são aqueles que, em média, têm mais carências alimentares *(t =-13.202; p<0.000)*.

Habitação

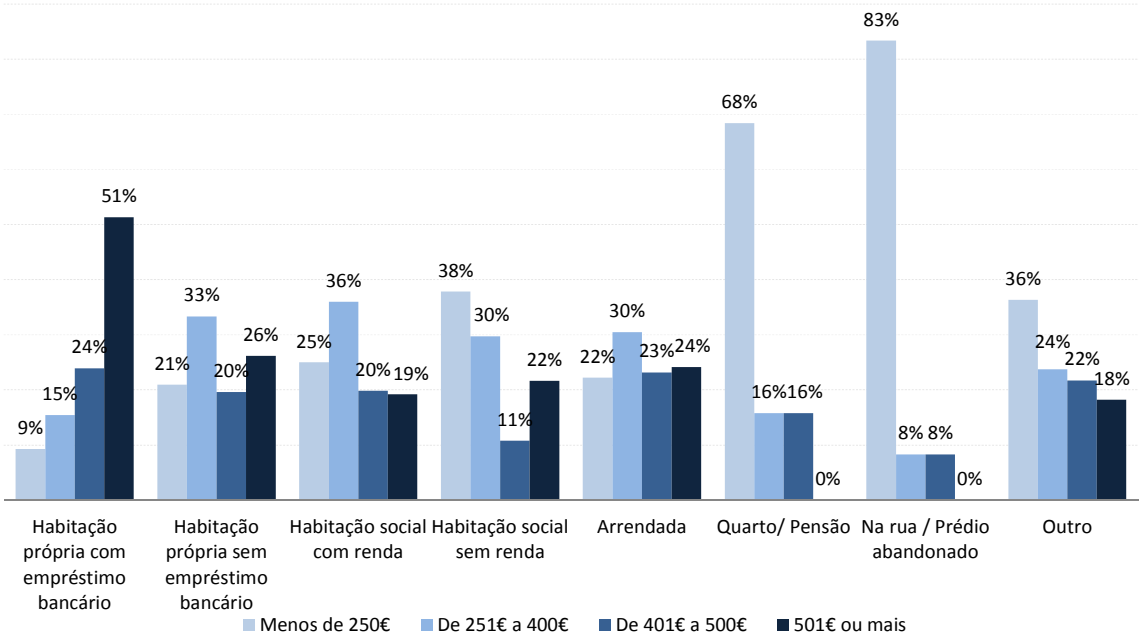
Outra dimensão importante para aferir sobre o nível económico dos respondentes e respectivos agregados familiares diz respeito ao tipo de habitação e às condições de habitabilidade.

Gráfico 17 - A sua casa é…



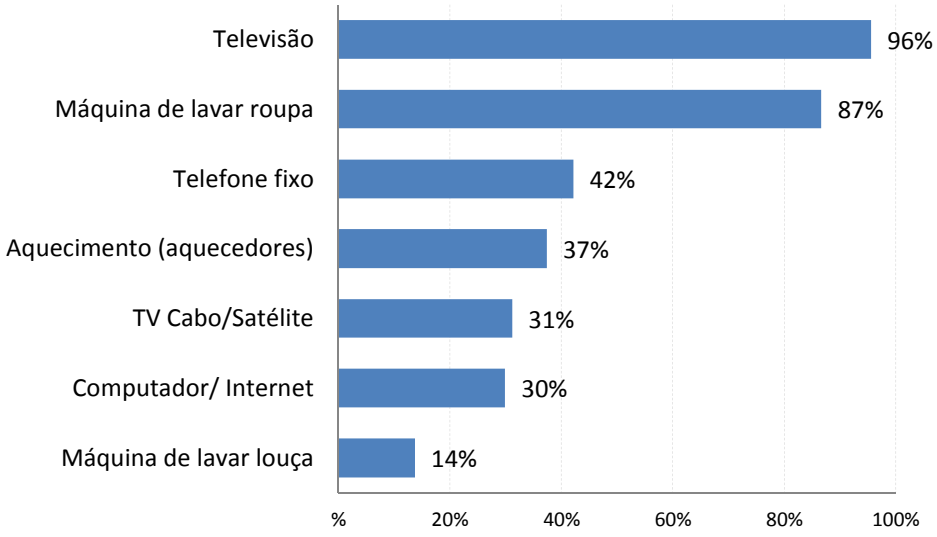
No gráfico pode observar-se a distribuição de respostas relativamente ao tipo de habitação dos respondentes. A maioria dos indivíduos paga renda ou empréstimo pelo local onde reside: cerca de 36% vive numa casa arrendada, 16% numa habitação social com renda, 12% em habitação própria com empréstimo bancário. Como expectável, o nível de rendimento disponível do agregado familiar encontra-se relacionado com o tipo de habitação (χ^2 *= 196.330; p<0.000)*. Os respondentes, cujos agregados dispõem de maiores rendimentos, por mês, habitam mais em habitação própria com empréstimo bancário, comparativamente aos restantes tipos.

Gráfico 18 - Propriedade da habitação por rendimento mensal do agregado familiar



Relativamente às condições de habitabilidade, o questionário comportava um conjunto de questões onde, para cada uma, o inquirido deveria mencionar a existência ou não de alguns equipamentos domésticos[6]. Tratam-se de equipamentos não essenciais, o que, a existirem, à partida, poderá evidenciar uma situação económica mais favorecida.

Gráfico 19 - A sua casa tem…?



[6] Estas questões eram colocadas apenas aos inquiridos que viviam numa casa, própria ou não (ficam de fora todos aqueles que vivem num quarto/pensão e na rua/prédio abandonado).

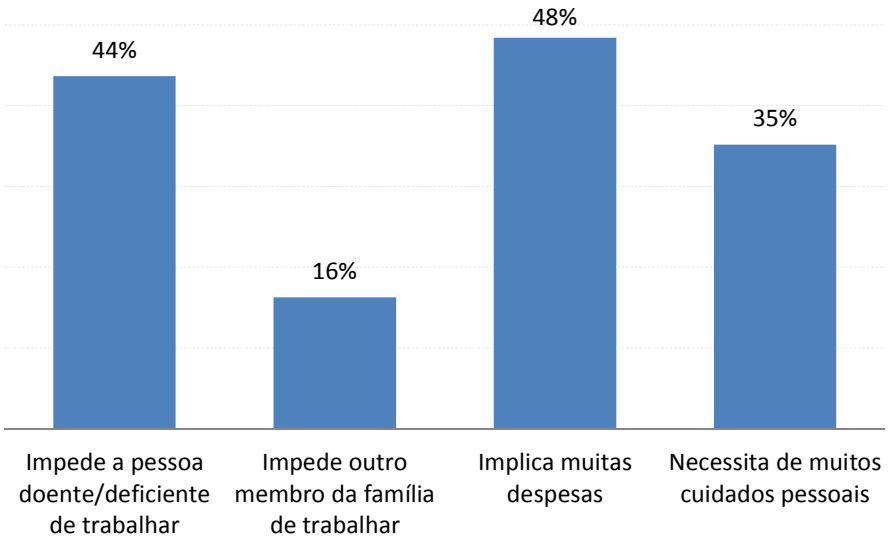
A quase totalidade dos respondentes refere possuir televisão (96%) e uma larga maioria possui igualmente máquina de lavar roupa (87%). Os restantes equipamentos apresentam valores percentuais mais baixos. Em média, os inquiridos possuem três dos equipamentos em análise: cerca de 78% dos respondentes possui entre 2 e 5 equipamentos e apenas 6% não possui qualquer um. Como de prever, o rendimento disponível dos agregados domésticos relaciona-se com a existência ou não deste tipo de bens: apesar de alguns equipamentos serem quase transversais à totalidade de inquiridos (que vive em casa própria ou arrendada), é nos agregados com um nível de rendimento mais elevado que se encontra uma maior percentagem de referências à existência destes bens *(r_s =0.357; p<0.000)*.

Saúde

Os problemas de saúde podem condicionar bastante a vida dos indivíduos, impossibilitando-os de ter uma ocupação profissional ou, pelo menos, de a exercer na sua plenitude o que, consequentemente, se repercute nos seus rendimentos. Neste sentido, é lícito analisar as questões de saúde sob o prisma das condições económicas dos respondentes.

Cerca de 48% dos inquiridos referiu que o próprio ou alguém do seu agregado familiar sofre de uma doença ou deficiência. Entre estes, 81% refere que o problema de saúde condiciona (28%) ou condiciona muito (53%) a família. O gráfico seguinte revela as razões deste condicionamento.

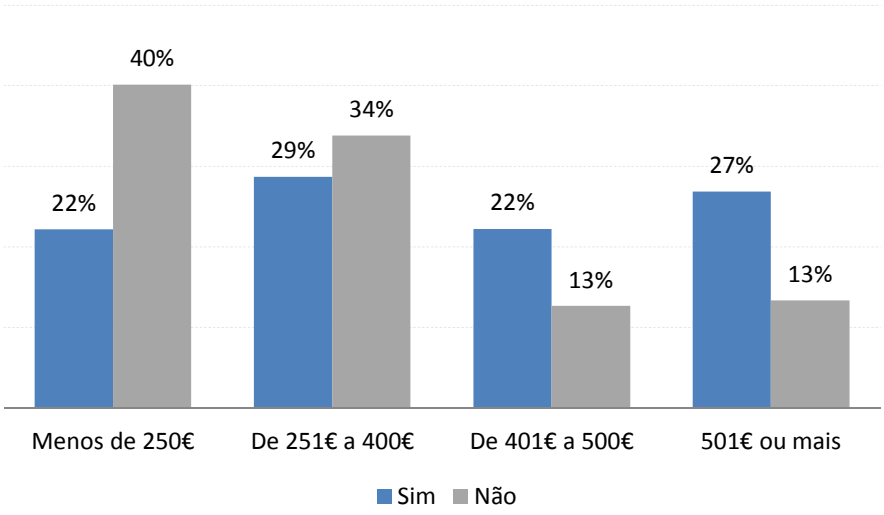
Gráfico 20 - Por que a doença/deficiência condiciona a sua família?



Como se pode ver pela leitura do gráfico, as duas razões mais mencionadas prendem-se com questões económicas ligadas ao estado de saúde: o impedimento em trabalhar (44%) a que a doença/deficiência conduz e as despesas que acarreta (48%).

É comum ouvir dizer que quando a situação económica se agrava, os indivíduos tendem a cortar as despesas nos cuidados de saúde, quer se trate de consultas médicas quer de compra de medicamentos. No que respeita a consultas médicas, 93% dos inquiridos referiu que o próprio ou alguém do agregado familiar recorreu a um médico no último ano (prévio à inquirição). Apesar de não ser possível aferir sobre a possibilidade de uma mudança de comportamento no que toca a este assunto, tendo em consideração, como se viu anteriormente, que o rendimento disponível das famílias é baixo, tal resultado leva-nos a crer que a saúde é algo bastante valorizado por esta população. Talvez, tendo em conta as respostas anteriores que davam conta do grande condicionamento que acarreta para as famílias ter alguém doente (ou deficiente), haja um investimento destes indivíduos na sua saúde, procurando um médico quando necessário. Relembre-se que a terceira maior despesa mencionada pelos inquiridos é a relativa à saúde (médicos, medicamentos, etc.) (39%). Todavia, e de alguma forma esperado, a ida ao médico relaciona-se com o rendimento mensal dos agregados familiares *(U = 98.396; p<0.000)*: entre aqueles que não foram ao médico, contam-se sobretudos agregados com menores níveis de rendimento.

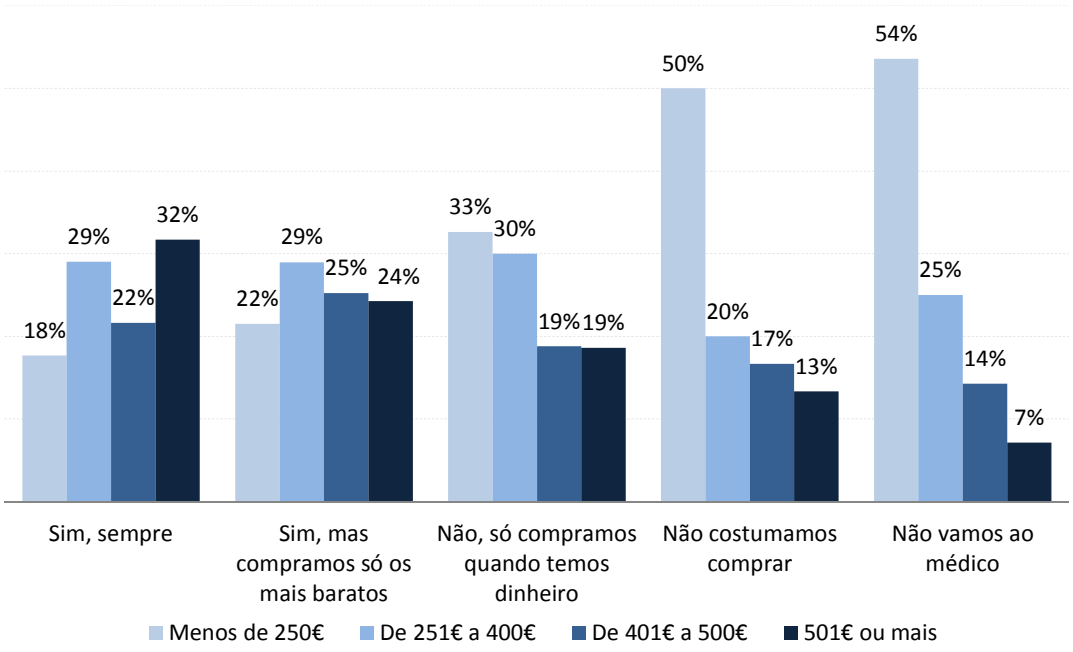
Gráfico 21 - Nos últimos 12 meses alguém do seu agregado familiar foi ao médico? por rendimento mensal do agregado familiar



No que respeita à compra de medicamentos prescritos pelo médico, uma vez mais assiste-se a uma valorização da saúde por parte dos inquiridos, pois 49% diz comprar sempre os medicamentos receitados pelo médico e 25% compra apenas os mais baratos, ou seja, quase ¾

dos inquiridos tem por hábito comprar medicamentos prescritos. Tal como acontecia com as consultas médicas, a compra de medicamentos encontra-se relacionada com o nível de rendimento das famílias ($\chi^2 = 89.112; p<0.000$): entre aqueles que dizem não ir ao médico ou não compram medicamentos destacam-se sobretudo os níveis mais baixos de rendimento mensal do agregado familiar.

Gráfico 22 - Costumam comprar os medicamentos que o médico receita? por rendimento mensal do agregado familiar



Redes Relacionais

Neste ponto irão ser abordadas questões que se prendem sobretudo com a dimensão social da vida dos respondentes. Importará analisar a estrutura familiar dos respondentes e as relações com a família e vizinhos, a sua importância e regularidade. Outro ponto a analisar será o relativo aos pedidos de ajuda dos inquiridos, a quem costumam pedir ajuda e com que fim.

Estrutura familiar

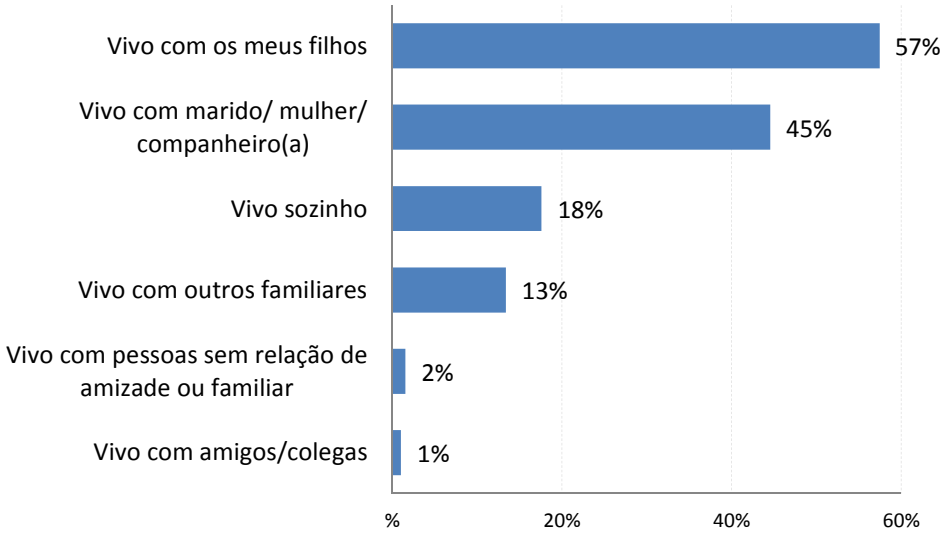
Em média, os agregados domésticos são constituídos por três indivíduos. Também em média, o escalão etário onde se encontram maiores agregados familiares é o dos jovens entre os 18 e os 30 anos, onde, em média, os agregados têm 4.4 indivíduos. Entre os jovens adultos dos 31 aos 40 anos, a média de membros do agregado é de 3.9; e entre os adultos dos 41 aos 65 anos, a média de membros do agregado é de 3.3. O escalão etário dos idosos (66 ou mais anos) é aquele cuja média de membros é menor: 2.1 indivíduos.

Em 42% dos agregados domésticos não existe qualquer criança até aos 16 anos. Em cerca de 24% dos agregados existe uma criança e em 21% duas crianças até àquela idade. Em média, existem 1.1 crianças nos agregados dos respondentes. É nos escalões etários dos jovens adultos que, em média, existem mais crianças (1.9), seguido do escalão etário dos jovens (1.8 crianças), do escalão dos adultos (0.9) e, finalmente, dos idosos (0.2).

Por fim, em 36% dos agregados domésticos existe, pelo menos, uma pessoa com mais de 65 anos, havendo nestes agregados, em média, 0.5 idosos.

Ainda relativamente à estrutura familiar, a maioria dos inquiridos refere viver acompanhado, sendo o mais comum a coabitação com cônjuge e/ou filhos.

Gráfico 23 - Quem vive habitualmente na sua casa?



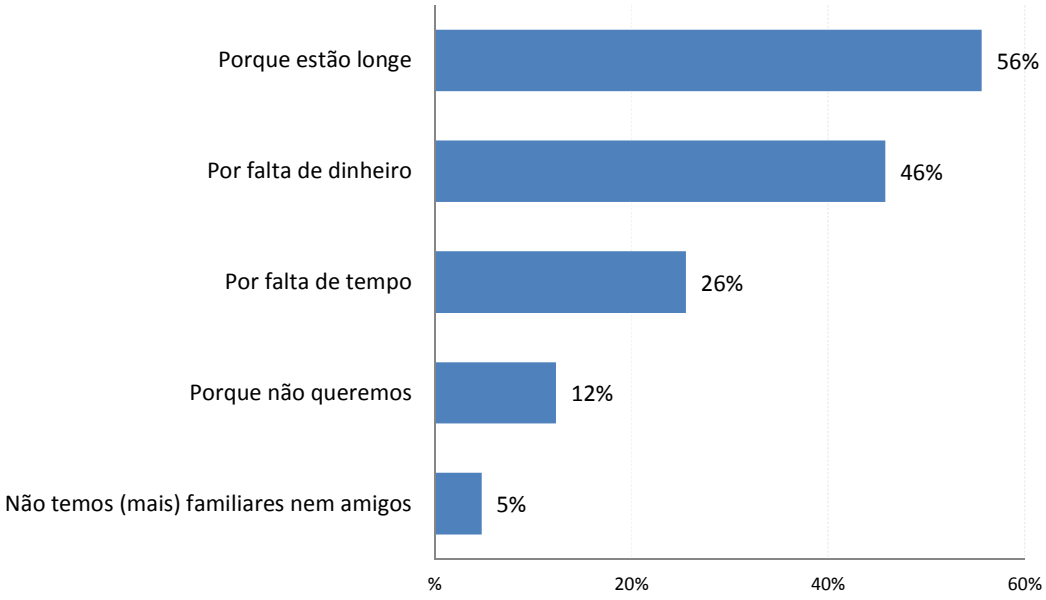
De referir, ainda, que 18% dos respondentes disseram viver sozinhos. Entre estes, são essencialmente idosos com mais de 65 anos (48%) e adultos entre os 41 e os 65 anos (45%) que se encontram nesta condição *(U = 437.965; p<0.000)*.

Relações com família e amigos

Os indivíduos foram questionados sobre a frequência com que costumam contactar família e amigos. De uma maneira, geral, estes contactos são bastante frequentes: 28% dos inquiridos diz contactar todos os dias com amigos e familiares e 34% fá-lo todas as semanas. Apenas 5% diz nunca contactar com os seus familiares/amigos. Esta medida é bastante importante porque demonstra que a maior parte dos indivíduos mantém relações sociais fortes, diminuindo assim a possibilidade de existir um sentimento de exclusão social.

Ainda dentro desta temática, foi pedido aos respondentes que indicassem até duas razões para não contactarem ou não estarem mais vezes com familiares e amigos. As respostas encontram-se no gráfico seguinte.

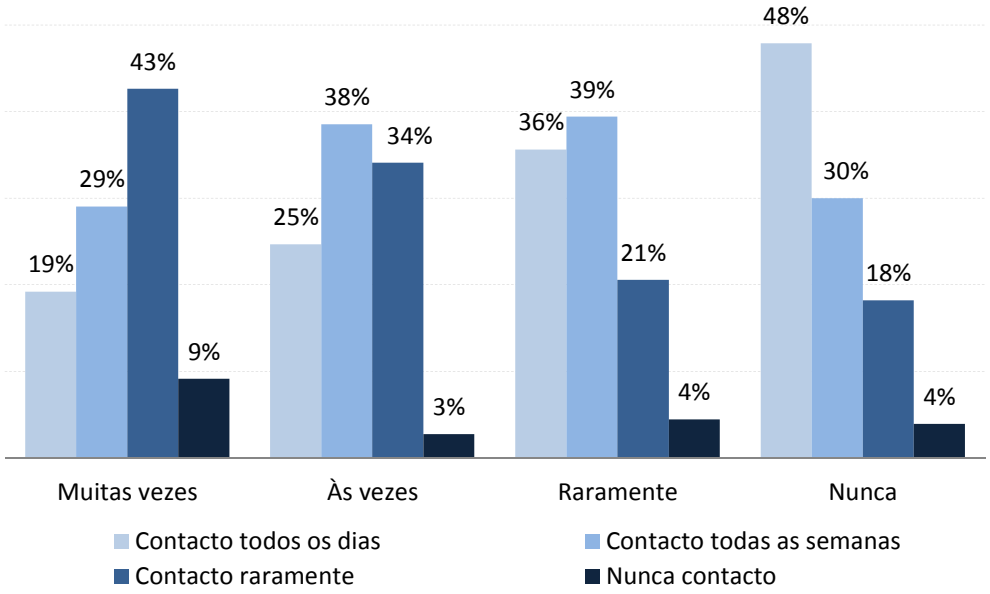
Gráfico 24 - Porque não contactam ou estão mais vezes com familiares e amigos?



A distância é a razão mais apontada pelos indivíduos, 56% referem-na; logo seguida da falta de dinheiro para se deslocarem até junto de familiares/amigos. Concentrando a atenção apenas nesta última resposta, verifica-se que, de facto, quem tem falta de dinheiro para visitar familiares/amigos pertence a escalões de rendimento mais baixos *(U = 470.966; p<0.000)*.

Apesar da maioria dos inquiridos referir que tem contacto frequente com familiares e amigos (61% fá-lo todos os dias ou todas as semanas), cerca de 43% refere que, em momentos de dificuldade, sente que a sua família às vezes está desamparada e 28% sente-se assim muitas vezes. Cruzando estas duas informações, constata-se que quando a frequência de contacto diminui, aumenta o sentimento de desamparo, em momentos de dificuldade (e vice-versa) *(r_s =-0.247; p<0.000)*.

Gráfico 25 - Em momentos de dificuldade sente que a sua família está desamparada? por Com que frequência costumam contactar a restante família e amigos?



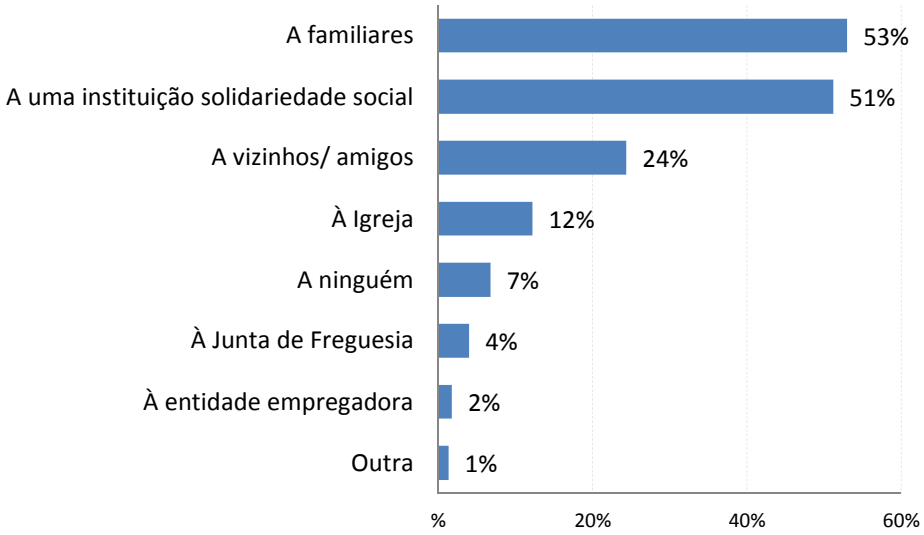
Dentro da mesma lógica de inquirição, foi perguntado se os indivíduos se sentiam sós. Quase ¾ (72%) respondeu que se sente só muitas vezes ou às vezes. Também aqui o contacto frequente com familiares e amigos se mostra relevante para este resultado: quando a frequência de contacto aumenta, diminui o sentimento de solidão *(r_s =-0.235; p<0.000)*. Da mesma forma, quem se sente menos desamparado em momentos de dificuldade também refere sentir-se menos sozinho *(r_s =0.499; p<0.000)*.

Um pouco como seria expectável, quando aumenta o rendimento do agregado familiar diminui o sentimento de desamparo em momentos de dificuldade *(r_s =0.210; p<0.000)* e o sentimento de solidão *(r_s =0.243; p<0.000)*.

Entreajuda

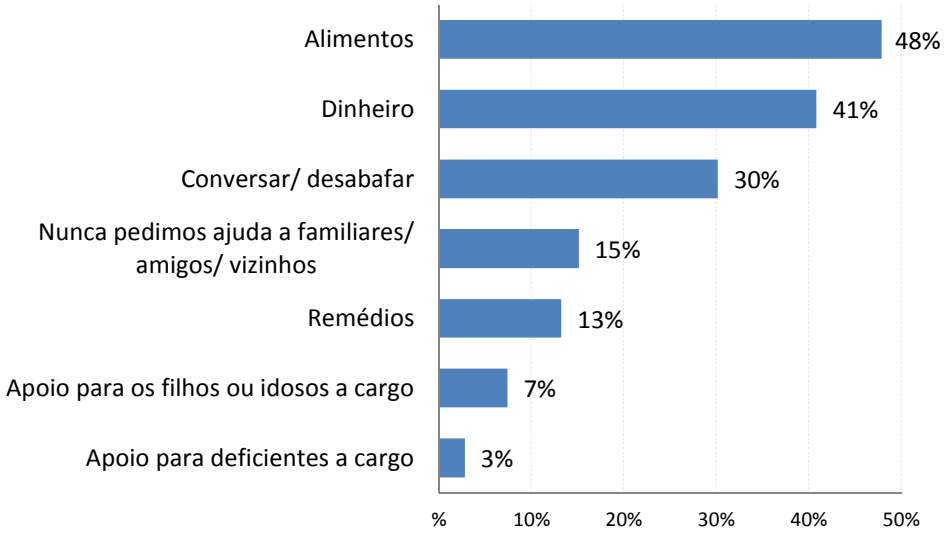
Viu-se atrás como o contacto regular com família e amigos contribui para um menor sentimento de desamparo, quando em situações de dificuldade. Importa agora perceber em que medida os respondentes recorrem, de facto, a amigos e familiares quando necessitam de ajuda e que tipo de ajuda é pedido.

Gráfico 26 - Quando precisam, a quem costumam pedir ajuda com mais frequência?



No gráfico pode observar-se a quem os indivíduos recorrem, com maior frequência, quando precisam de auxílio. Claramente, a família assume-se como a principal fonte de ajuda, com os amigos/vizinhos a apresentarem, igualmente, valores bastante significativos. Os respondentes procuram a família, amigos ou vizinhos essencialmente para ajuda alimentar ou financeira.

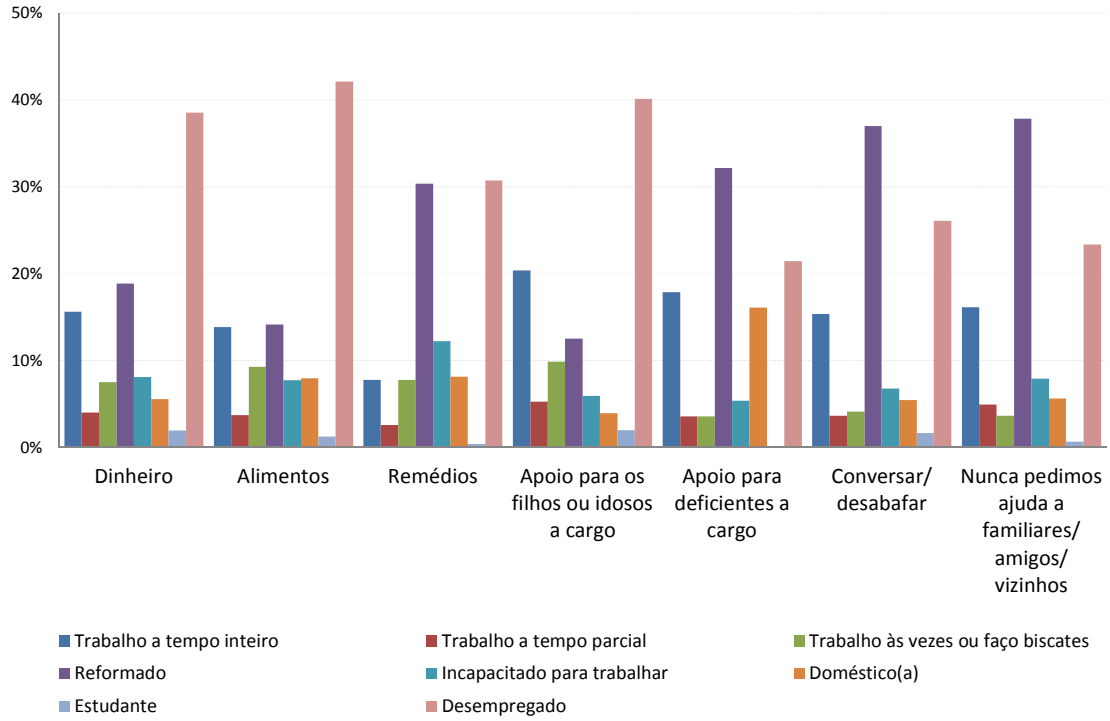
Gráfico 27 - Quando recorrem a familiares/ amigos/ vizinhos que tipo de ajuda costumam pedir?



De referir que no que toca a ajuda alimentar e/ou financeira, predominantemente, são aqueles que têm um rendimento mais baixo quem procura a família/amigos para este fim. Entre aqueles que têm um rendimento mais alto, destaca-se a procura da família/amigos para conversar/desabafar. Em relação à idade, entre os idosos há uma menor procura de ajuda junto de familiares e amigos em relação aos outros escalões etários. São os indivíduos

pertencentes aos escalões dos jovens adultos (31-40 anos) e dos adultos (41-65 anos) quem, no geral, mais recorre à ajuda de terceiros.

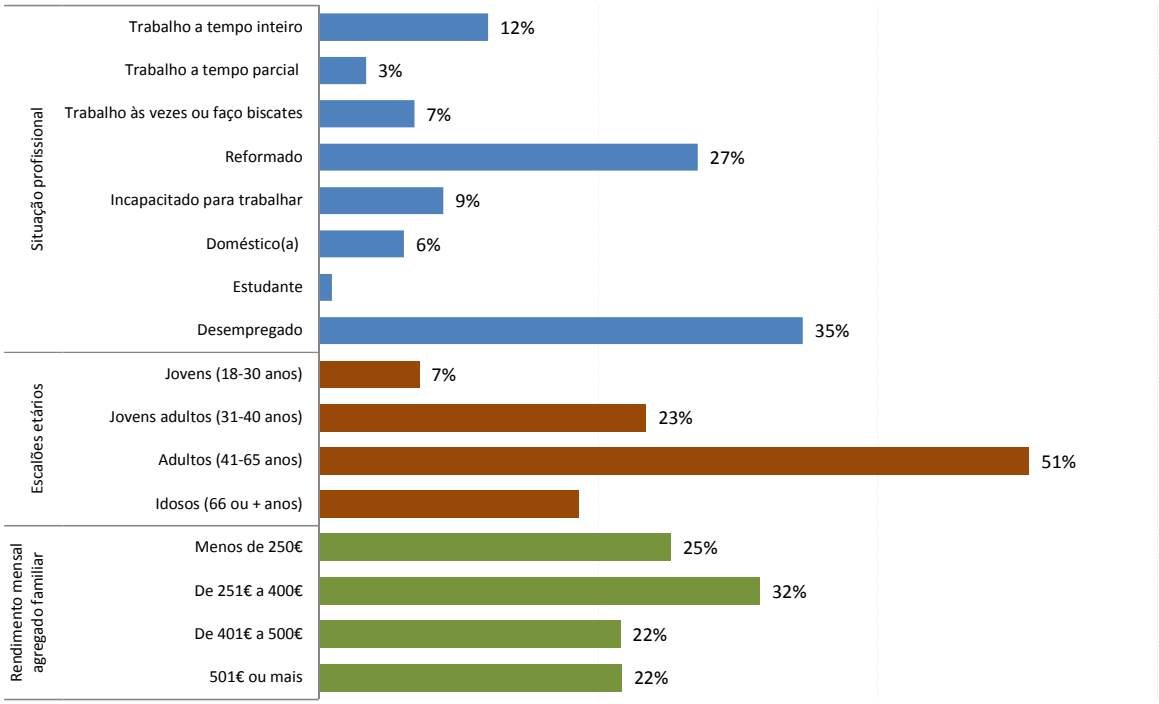
Gráfico 28 - Quando recorrem a familiares/ amigos/ vizinhos que tipo de ajuda costumam pedir? por situação profissional



No gráfico anterior pode observar-se a distribuição dos vários tipos de situação profissional pelos diversos tipos de ajuda. É claramente notório que, dentro de cada tipo de ajuda, são os desempregados quem mais recorre aos familiares/amigos, principalmente, nas questões em que o factor financeiro está envolvido.

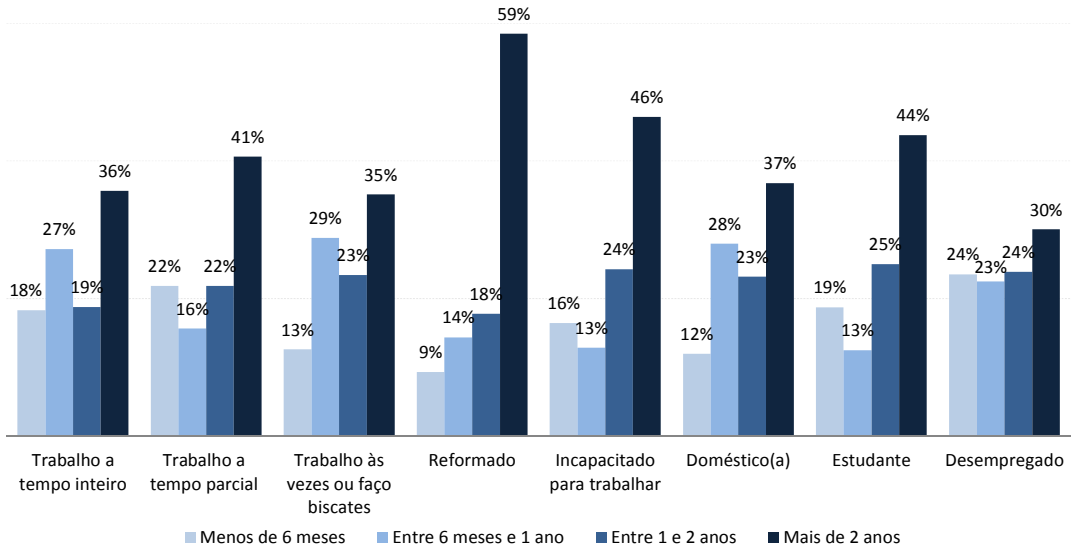
Ainda dentro do capítulo das ajudas recebidas, atrás observou-se que em 51% dos casos, os respondentes recorrem a instituições de solidariedade social. Quem o faz caracteriza-se por ter um nível de rendimento mensal do agregado familiar mais baixo *(U = 481.962; p<0.000)*, por ser mais velho (χ^2 *= 31.640; p<0.000)*, destacando-se o grupo dos adultos (41-65 anos), e por ser reformado ou desempregado (χ^2 *= 21.595; p<0.01)*. O gráfico seguinte ilustra esta situação.

Gráfico 29 - Situação profissional, escalões etários e rendimento mensal do agregado familiar por recorrer a uma instituição de solidariedade social (respostas "Sim")



Entre aqueles que procuram uma instituição de solidariedade social, cerca de 59% fá-lo há menos de 2 anos, o que vem demonstrar que muitos dos utentes destas instituições são relativamente recentes, denotando, possivelmente, novas situações de carência. Constata-se que quando aumenta o escalão etário dos respondentes aumenta o período de tempo a que se recorre a uma instituição de solidariedade social *(r_s =0.201; p<0.000)* e quanto mais escolarizados os indivíduos são, há menos tempo recorrem a este tipo de instituições *(r_s =-0.181; p<0.000)*. Quanto à situação profissional, observando cada uma per si, verifica-se que a maior concentração de respostas encontra-se na categoria relativa a receber apoio da instituição há mais de 2 anos. Tal acontece para todas as situações profissionais, à exceção dos desempregados. Para este grupo, as respostas encontram-se distribuídas de forma mais homogénea pelos diferentes períodos temporais, o que poderá colocar em evidência situações mais recentes de desemprego (χ^2 = 127.571; p<0.000).

Gráfico 30 - Há aproximadamente quanto tempo recebem apoio de uma instituição de solidariedade social? por situação profissional



O apoio alimentar, seja na forma de cabazes ou refeições, é a principal área em que os inquiridos recebem ajuda.

Tabela 2 - Em que áreas recebem ajuda dessa instituição?

Áreas em que recebem ajuda da instituição	Percentagem de casos
Apoio Alimentar (Cabaz / Refeições)	86%
Apoio domiciliário	12%
Apoio à procura de emprego	9%
Escolarização/Formação Profissional	4%
Gestão doméstica/ Aproveitamento de alimentos	3%
Gestão do orçamento familiar e dos créditos	2%
Apoio jurídico e fiscal (preenchimento IRS)	2%
Traduções	0,1%
Serviços de saúde ou clínica médica	8%
Apoio Financeiro	6%
Apoio na análise das facturas de gás, luz, eletricidade	3%
Outra área	11%
Total	147%

Em suma, se é certo que, de um ponto de vista mais económico, o rendimento contribui fortemente para o bem-estar das famílias, provendo-as com os recursos financeiros que permitem aceder a um conjunto de bens e serviços, também é certo que não se pode menosprezar o papel da família e dos amigos, na ajuda que prestam. Ajuda esta que pode existir apenas numa perspectiva de contacto (para conversar) ou de ajuda efetiva, de alimentos e dinheiro (sobretudo). Muitos dos que recorrem ao apoio da família e dos amigos também recorrem a instituições de solidariedade social. Enquanto no caso dos familiares/amigos o apoio procurado é bastante diversificado, no caso das instituições o apoio procurado é essencialmente alimentar.

Sentimento de Pobreza

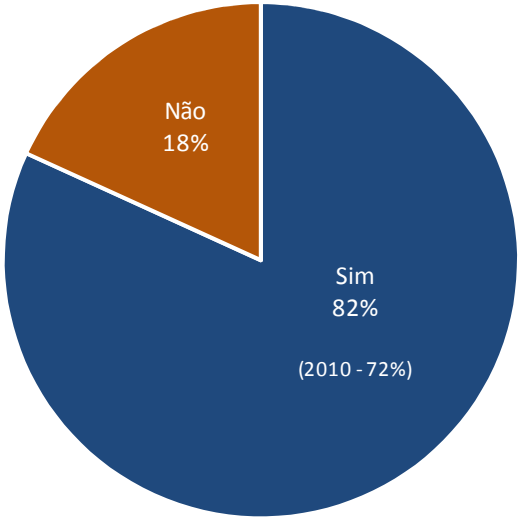
A percepção da própria pobreza poderá ser indicativa do sentimento de pobreza das próprias pessoas. Este sentimento de pobreza pode ser limitador das atividades do próprio sujeito e das vivências do seu dia-a-dia, podendo este sentir-se estigmatizado pela sua situação aumentando assim o seu sentimento de exclusão social. Pelo facto deste sentimento de pobreza ser baseado na representação pessoal da pobreza e não nas privações materiais efetivas, este indicador é apenas referente a uma pobreza subjetiva, que não nos permite afirmar que as pessoas sejam de facto pobres.

Nesta secção sobre a percepção de pobreza, iremos analisar um conjunto de questões que nos ajudarão a compreender qual o sentimento dos respondentes face à sua condição desfavorecida. Sabemos que esta amostra pertence à população de indivíduos que recorre a instituições de solidariedade social, logo serão pessoas que, à partida, estarão numa situação económica e socialmente mais desfavorecida. De qualquer forma, foi perguntado aos indivíduos se sentiam pobres e qual a sua situação perante a pobreza no passado: se a sua família sempre tinha sido pobre, se já tinha passado por situações parecidas àquela que atualmente está a passar ou se nunca tinha sido pobre no passado. Para além destas questões, questionou-se ainda os sujeitos acerca de qual pensavam ter sido a causa da sua pobreza.

Pobreza Subjetiva

82% dos inquiridos respondem que hoje se sentem pobres. Este sentimento de pobreza subjetiva, uma vez que apenas se pergunta aos respondentes do inquérito se se sentem pobres hoje em dia, subiu em relação ao último inquérito em dez pontos percentuais. Salvo as devidas diferenças amostrais já explicadas anteriormente neste relatório, podemos afirmar que de facto deverá ter havido um agravar das condições de vida dos utentes das instituições fazendo com que mais utentes se sintam pobres.

Gráfico 31- Frequências relativas do sentimento de pobreza subjetiva



Através do cruzamento desta questão com o escalão etário percebe-se que são os jovens que se sentem mais pobres do que no inquérito anterior, sendo que entre os respondentes em 2010 e 2013 existem mais 10% dos jovens que afirmam sentir-se pobres. Ao contrário, encontra-se exatamente a mesma percentagem de idosos que afirma que se sente pobre. Este cruzamento permite-nos ainda concluir, ou voltar a concluir, que existem diferenças entre o sentimento de pobreza entre os vários escalões etários ($\chi 2= 140.059$, $p<0.001$): aqueles que se consideram menos pobres são os idosos face aos restantes respondentes.

Verifica-se que, tal como seria de esperar, entre aqueles que recebem menos de 250€ existe uma maior percentagem de sujeitos a referir que se sente pobre (92%), face aos que recebem mais de 500€ (73%) ($\chi 2= 61.438$, $p<0.001$). Contudo, é de realçar a elevada percentagem de pessoas que o refere independentemente do seu rendimento, que é em todos os escalões de rendimento uma elevada maioria de pessoas que se sente pobre. É de destacar que em todos os escalões de rendimento houve um acréscimo de pessoas que referem sentir-se pobres, em relação à aplicação anterior do inquérito.

Gráfico 32- Frequências relativas do sentimento de pobreza subjetiva por escalão etário

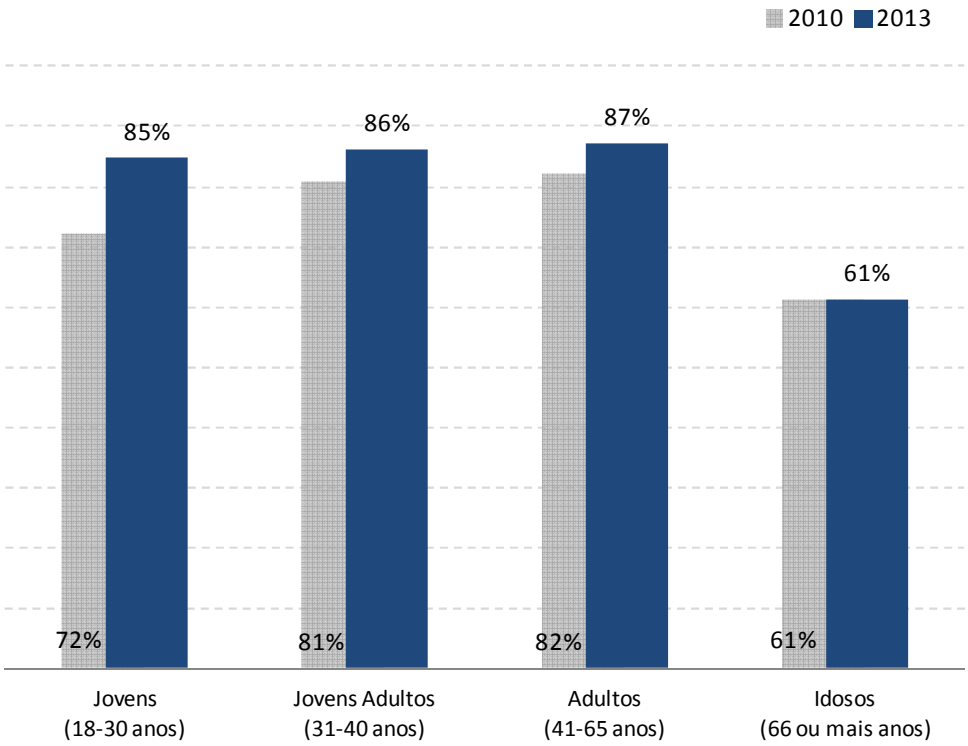
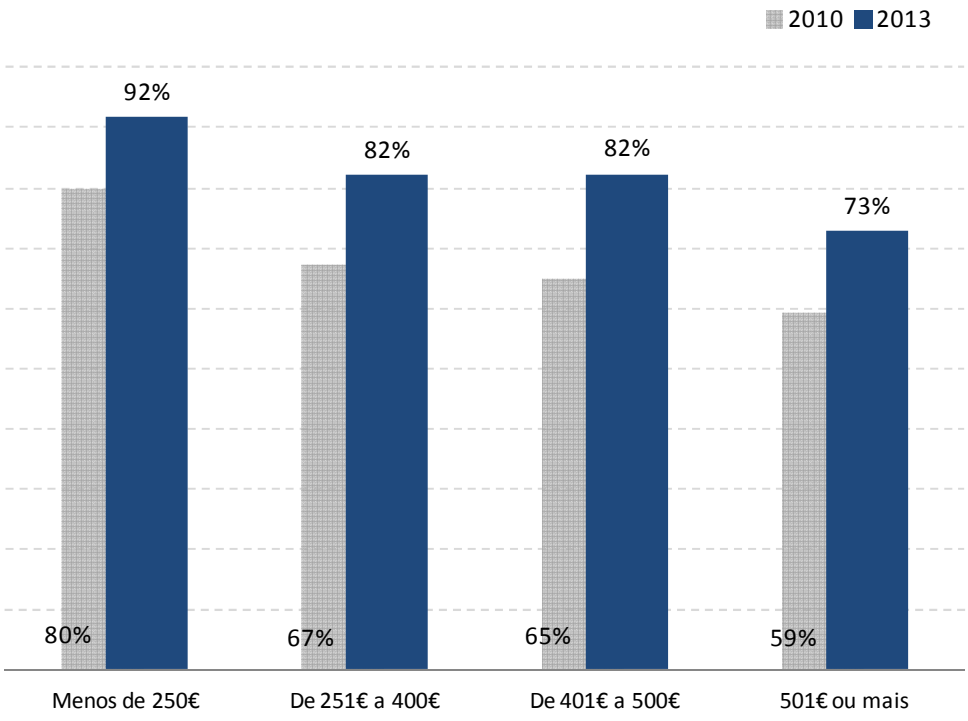
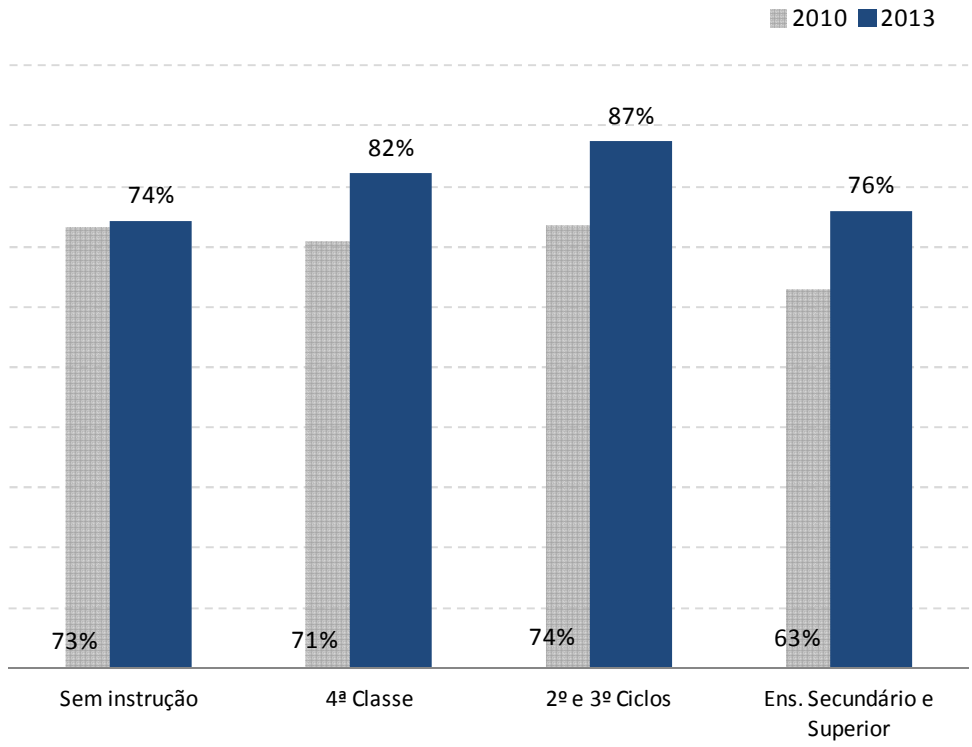


Gráfico 33- Frequências relativas do sentimento de pobreza subjetiva por escalão de rendimento



Por último, nota-se que relativamente ao nível de escolaridade ($\chi 2=34.824$, $p<0.001$), existem diferenças entre as pessoas sem instrução e com ensino secundário ou superior, que se sentem menos pobres do que os indivíduos com a 4ª classe e 2º e 3º Ciclos. É de referir que no grupo sem instrução se encontram a maioria dos idosos[7], que, como já se viu anteriormente, são precisamente aqueles que se sentem menos pobres.

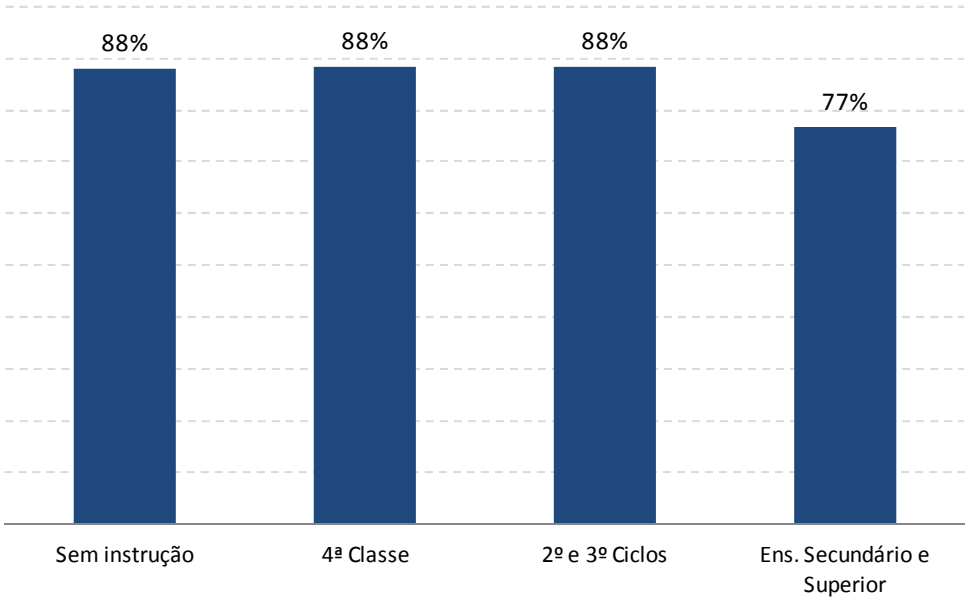
Gráfico 34- Frequências relativas do sentimento de pobreza subjetiva por nível de escolaridade



Assim, se realizarmos este cruzamento apenas considerando os indivíduos em idade ativa, as diferenças entre os vários níveis de escolaridade passam a surgir entre os indivíduos com uma escolaridade mais elevada e os restantes ($\chi 2=23.788$, $p<0.001$): a percentagem de pessoas em idade ativa que se sentem pobres e não têm instrução, têm a 4ª classe e 2º e 3º ciclo sobe para 88%, e entre aqueles que possuem o Ensino Secundário ou Superior mantém-se em 77%.

[7] Entre os indivíduos sem instrução, 54.2% encontram-se no escalão dos idosos.

Gráfico 35- Frequências relativas do sentimento de pobreza subjetiva por nível de escolaridade (apenas indivíduos em idade ativa)



A dimensão do agregado familiar pode também ser importante para esta percepção de pobreza, esperando-se que quanto mais pessoas vivem no mesmo agregado, maior possa ser o sentimento de pobreza, por maiores serem as necessidades e os compromissos a cumprir. Tal como aconteceu em 2010, também se continua a notar que efetivamente existem diferenças entre as dimensões dos agregados dos indivíduos que se sentem pobres e aqueles que não se sentem: aqueles que se sentem pobres pertencem a um agregado familiar de maior dimensão do que aqueles que não se sentem (t=3.409, p=0.001). Em média, aqueles que se sentem pobres possuem 3.38 membros no seu agregado familiar, enquanto aqueles que não se sentem pobres possuem, em média, 2.93 membros, valores estatisticamente diferentes.

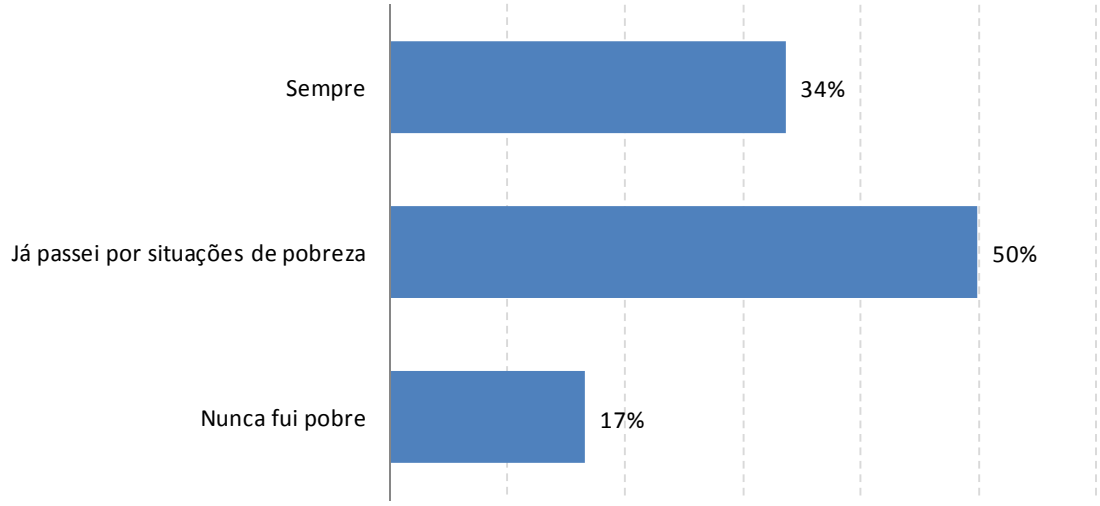
Sendo assim, pode concluir-se que entre os indivíduos que se sentem pobres destacam-se sobretudo aqueles que têm idades inferiores aos 65 anos, com rendimentos baixos e com escolaridade abaixo do Ensino Secundário e com um número de membros no seu agregado familiar superior àqueles que não se sentem pobres[8].

[8] É curioso este resultado quando comparado com os resultados provenientes da análise dos recursos económicos, em que se via que os agregados familiares com menores rendimentos correspondem a respondentes mais velhos, com menos escolaridade e com agregados familiares mais pequenos, e que não se revelam aqui como aqueles que sentem efetivamente pobres.

Persistência da pobreza

Questionados sobre a sua condição no passado, apenas 17% dos inquiridos respondem que nunca foram pobres, enquanto 50% referem que já passaram por situações de pobreza anteriormente e 34% refere que no seu passado sempre se sentiram pobres.

Gráfico 36- Frequências relativas do sentimento de persistência de pobreza subjetiva



Estabelecendo o cruzamento entre esta variável e a variável sobre o sentimento atual de pobreza (χ2=280.797, p<0.001), conclui-se que entre aqueles que mencionam que sempre foram pobres, 98% dos respondentes referem que ainda se sentem pobres, enquanto que entre aqueles que referem que nunca foram pobres, apenas 57% se sentem pobres. Contudo, é de realçar que este valor subiu face ao valor encontrado no estudo anterior, como aliás aconteceu de forma geral. Estes resultados são interessantes de interpretar à luz do que normalmente se designa por reprodução da pobreza, ou perpetuação da pobreza.

Mais uma vez, em concordância com os resultados sobre a percepção de pobreza subjetiva atual, também os inquiridos com maiores qualificações são aqueles que menos passaram por situações de pobreza anteriormente (χ2= 299.064, p<0.001): entre os sujeitos que referem que a família sempre foi pobre apenas 5% têm o Ensino Secundário e Superior, já entre aqueles que dizem que nunca foram pobres, este valor sobe para 23%. Inversamente, a percentagem de pessoas com menor instrução diminui entre aqueles que dizem que sempre foram pobres e que nunca foram pobres, de 67% de indivíduos com escolaridade até à 4ª

Classe entre aqueles que sempre se sentiram pobres e 40% entre aqueles que nunca se sentiram pobres.

Gráfico 37- Frequências relativas do sentimento de persistência de pobreza subjetiva por sentimento de pobreza subjetiva atual.

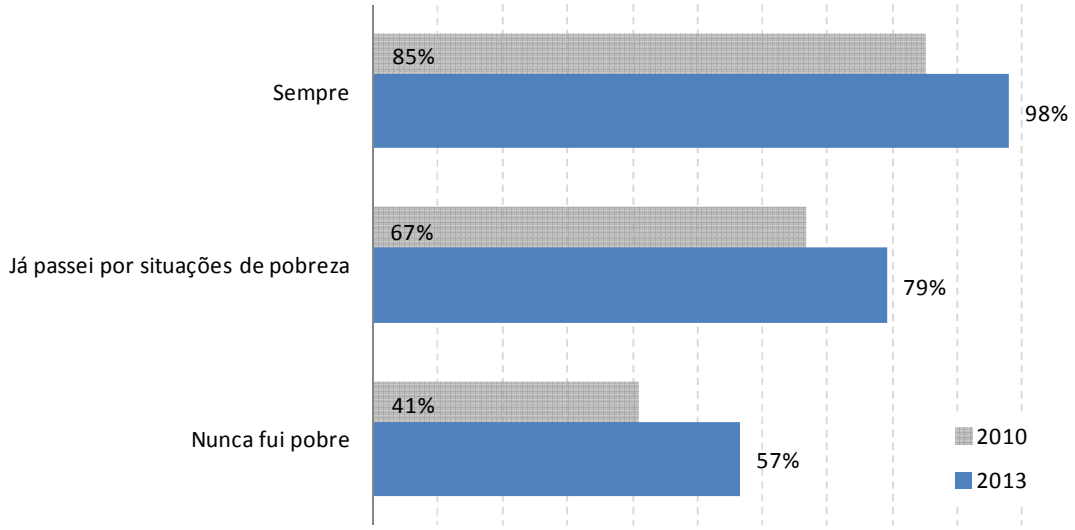
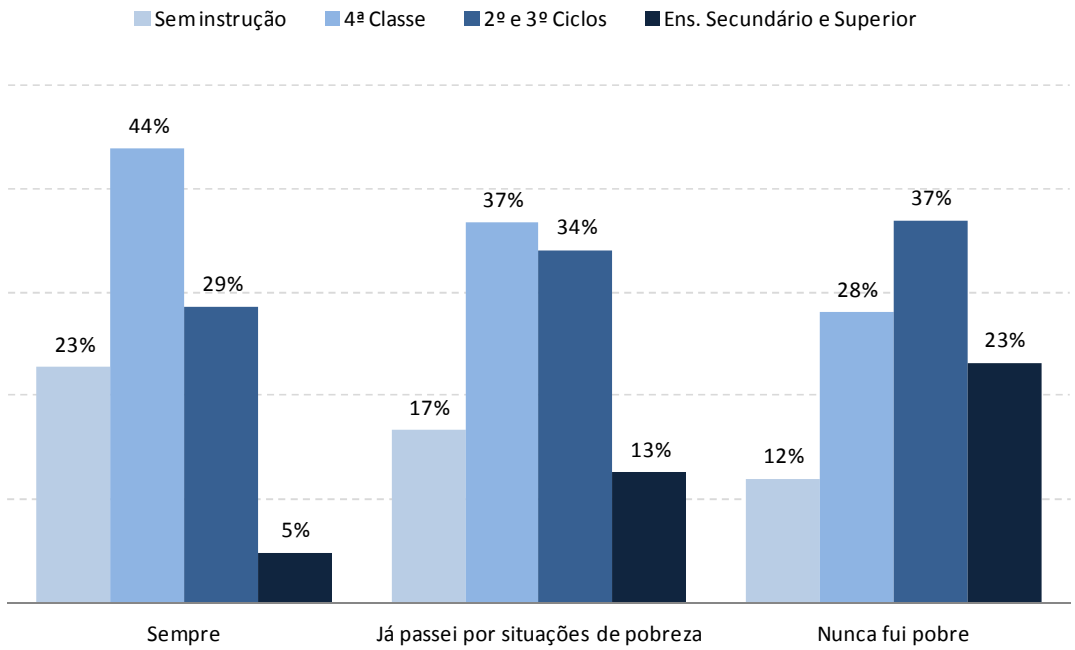


Gráfico 38- Frequências relativas do sentimento de persistência de pobreza subjetiva por grau de escolaridade

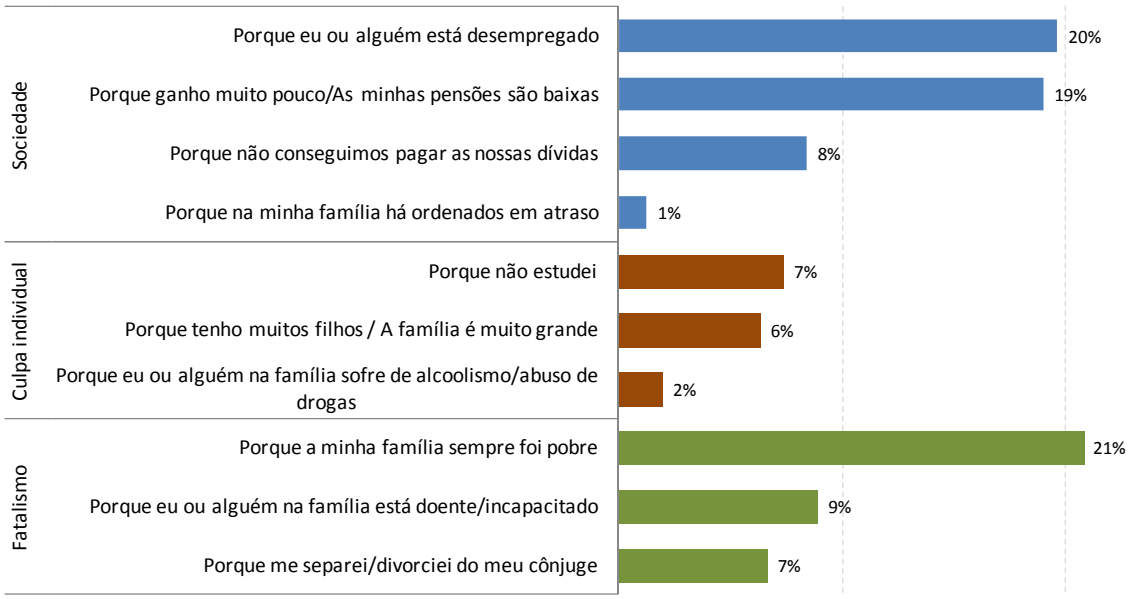


Percepções das Causas da Pobreza

O estudo da percepção das causas da pobreza torna-se importante de forma a perceber quem é que os indivíduos culpabilizam pela sua própria pobreza. Vários estudos[9] apontam para a existência de três possíveis atribuições: Fatalista, Estruturalista e Individualista.

Na perspetiva individualista, pode considerar-se, por exemplo, o comportamento indesejável dos pobres, incursão em vícios como as drogas e o álcool, preguiça, pouca força e empenho para ultrapassar os obstáculos; a perspetiva Estruturalista atribui como causa da pobreza a própria sociedade, considerando que os pobres estão numa posição desfavorável em relação ao resto das pessoas e por isso são vítimas da sociedade que não permite que prossigam nos estudos, que não lhes dá emprego ou que lhes atribui salários baixos, não são ajudados pelo governo ou pelos demais cidadãos ou são discriminados; a perspetiva fatalista atribui como causas da pobreza a má sorte ou o destino, como por exemplo o facto dos pobres sofrerem de alguma doença/incapacidade, terem sido vítimas de algum acidente que determinou o seu futuro ou simplesmente pelo facto de terem nascido numa família pobre.

Gráfico 39- Frequências relativas das percepções das causas da pobreza



[9] Sobre este assunto ver: Cozzarelli, C., Wilkinson, A.V. e Tagler, M.J. (2001). Attitudes toward the poor and attributions for poverty. *Journal of Social Issues*, 57(2), 207-227; Reutter, L. I., Veenstra, G., Stewart, M. J., Raphael, D., Love, R., Makwarimba, E. e McMurray, S. (2006). Public attributions for poverty in Canada. *Canadian Review of Sociology & Anthropology*, 43(1), 1–22.

Sendo assim, os inquiridos deste estudo foram questionados sobre a percepção da causa da sua própria pobreza[10]. Foram questionados sobre um conjunto de razões que analiticamente se poderão considerar dentro das categorias das atribuições apresentadas anteriormente: Sociedade, Culpa individual e Fatalismo. Os sujeitos podiam dar várias razões como causa da sua situação de pobreza, e verificou-se então que 48% de respostas foram dadas atribuindo à sua pobreza razões associadas à sociedade propriamente dita. As causas sociais são, então, a perspetiva mais referida pelos respondentes, atribuindo a causas como o desemprego ou os baixos rendimentos. Este resultado vem de encontro à investigação feita neste domínio junto da população em geral.

De seguida, uma das causas mais indicadas pelos inquiridos, com 37% de respostas, são as causas fatalistas, isto é, atribuem a pobreza ao destino, como doença ou acidentes na sua vida que os penalizaram bastante. Como vem sendo normal em estudos sobre esta temática, a atribuição da pobreza à culpa dos próprios pobres é aquela que é normalmente menos indicada, tendo-se verificado o mesmo neste estudo, sendo que apenas 15% das respostas dadas se referiam a esta causa. Sendo a amostra deste estudo proveniente de uma população social e economicamente mais desfavorecida, estes resultados são ainda mais expectáveis, já que a grande parte dos indivíduos que atribui normalmente as causas individualistas como origem da pobreza são indivíduos de meios socio-económicos mais favorecidos.

Tendo em conta que esta questão foi apenas colocada aos inquiridos que se sentiam pobres, consideramos pertinente perceber se existem diferenças nas causas atribuídas por aqueles que sempre se sentiram pobres, aqueles que passaram situações semelhantes anteriormente ou aqueles que nunca se sentiram pobres.

Assim, conclui-se que aqueles que nunca se sentiram pobres atribuem à sociedade a culpa da sua pobreza atual, com 68% das suas respostas neste sentido, mais do que à sua própria culpa (10%) ou a situações que tenham acontecido na sua vida (23%). É efetivamente o grupo que menos atribui a si próprio as causas da sua pobreza, visto que sendo a causa menos mencionada, é no entanto mais referida por aqueles que sempre ou alguma vez se sentiram pobres anteriormente, com 17% e 15% de respostas respetivamente. Interessante verificar que a percentagem de pessoas que se culpabiliza pela sua pobreza é superior entre os que sempre foram pobres, em relação aos outros grupos. Este grupo atribui mais a sua pobreza ao destino, do que os outros dois grupos de pessoas, por exemplo, ao facto de já ter nascido

[10] A esta questão, apenas responderam os indivíduos que referiram sentir-se pobres.

numa família pobre ou de lhe ter acontecido algo na sua vida que despoletou esta situação de pobreza atual. É o grupo que menos culpa a sociedade.

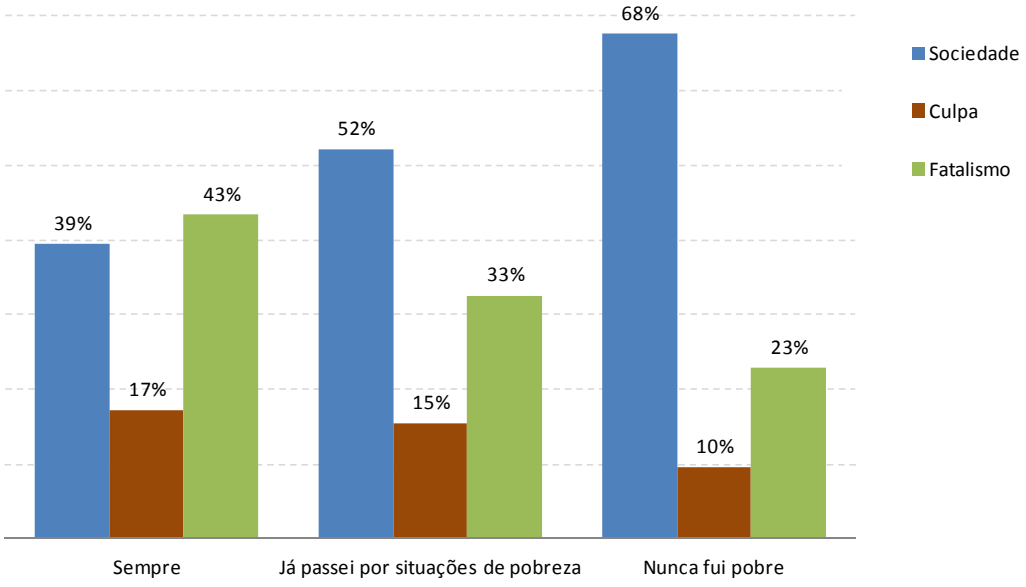



Gráfico 40- Frequências relativas das percepções das causas da pobreza por persistência da pobreza